

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Luiza Motta Pereira

Onde estão os bebês nas pesquisas das Ciências Sociais?

Florianópolis

2020

LUIZA MOTTA PEREIRA

ONDE ESTÃO OS BEBÊS NAS PESQUISAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS?

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof.(a), Dr.(a) Antonella Maria Imperatriz Tassinari.

Coorientador: Prof.(a), Dr. Márcia Buss-Simão

Florianópolis
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pereira, Luiza

Onde estão os bebês nas pesquisas das Ciências Sociais?
/ Luiza Pereira ; orientador, Antonella Maria Imperatriz
Tassinari, coorientador, Márcia Buss-Simão, 2020.
72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Sociais. 3. Produção
científica. 4. Bebês. 5. Pesquisa sobre bebês. I.
Imperatriz Tassinari, Antonella Maria. II. Buss-Simão,
Márcia. III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Ata da sessão de julgamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Sociais – TCC II Habilitação em Bacharelado, referente à disciplina Código CSO 7808.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2020.

Banca: 1- Dra. Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Presidente)

2 – Dra. Márcia Buss-Simão (co-orientadora)

3 – Dra. Viviane Vedana (Membro)

4 – Dra. Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro (Membro)

Acadêmica: Luiza Motta Pereira

Matrícula: 15205869

Título:

Onde estão os bebês nas pesquisas das Ciências Sociais?

Parecer:

A banca aprova o trabalho, destaca sua qualidade e escolha do tema e sugere a elaboração de algumas questões na forma do artigo e a continuidade da pesquisa

Assinatura:

1	 <p>Documento assinado digitalmente Antonella Maria Imperatriz Tassinari Data: 15/12/2020 18:15:34-0300 CPF: 143.874.858-25</p>	Nota: 10,0
2	 <p>Documento assinado digitalmente Marcia Buss Simao Data: 15/12/2020 18:30:21-0300 CPF: 910.377.009-53</p>	10,0
3	 <p>Documento assinado digitalmente Viviane Vedana Data: 15/12/2020 18:22:30-0300 CPF: 946.958.570-49</p>	10,0
4	 <p>Documento assinado digitalmente Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro Data: 17/12/2020 14:22:45-0300 CPF: 062.828.474-86</p>	10,0

Acadêmico(a): Nota final: 10,0



Documento assinado digitalmente
Luiza Motta Pereira
Data: 17/12/2020 09:36:01-0300
CPF: 108.406.889-38

Agradecimentos

Gratidão à todes que cruzaram meu caminho e me mostraram as belezas e alegrias da educação, através dos momentos diários em sala de aula, dentro e fora da universidade.

Gratidão à minha família que me apoiou e me deu todo o suporte para chegar até o fim, vocês foram essenciais.

Gratidão às amizades que a universidade me proporcionou e que no decorrer desses anos foram fortalecidas, e me mantiveram forte ao longo do caminho. E as amizades já existentes que se fortaleceram nesse processo também. Um obrigada especial às amigas, amigos e amigues que seguraram a minha mão e estiveram ao meu lado nos momentos nem tão agradáveis.

Gratidão às minhas orientadora e co-orientadora, Antonella e Márcia, respectivamente, por todo apoio, pelas palavras de afago, atenção, por todas as trocas, comentários, ajuda e por tanto cuidado e apreço para chegar até aqui da melhor forma.

Gratidão às professoras da minha banca, Viviane e Edilma, por aceitarem fazer parte desse momento, e estendo meu agradecimento a todas as trocas, ensinamentos e dedicação que vocês me proporcionaram ao longo da graduação.

Gratidão à Universidade Federal de Santa Catarina e todas as pessoas envolvidas em mantê-la viva e funcionando diariamente, pelas trocas, pelos conhecimentos adquiridos no decorrer da minha graduação.

Gratidão a todes que de alguma forma se fizeram presentes, perto ou longe, pouco ou muito, nessa caminhada e proporcionaram que esse caminho fosse mais leve. Vocês têm meu amor!

Resumo

A presente pesquisa busca responder o que as Ciências Sociais já pesquisaram sobre bebês, visando compreender como a temática dos bebês é abordada na produção científica, a fim de conhecer se os(as) cientistas sociais têm se debruçado em fazer pesquisas que tenham relação com bebês. Também nos interessou saber, ao se debruçarem sobre essa temática, do que mais estão tratando? Os bebês são o objeto central de estudo? Ou aparecem somente em segundo plano? Quais outros grandes temas aparecem? Para responder a essa questão problema, estabelecemos como objetivo geral: analisar as pesquisas sobre bebês desenvolvidas na área de Ciências Sociais. Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: i) mapear a produção científica desenvolvida no Brasil até o ano de 2019 que trata dos bebês na área de Ciências Sociais; ii) compreender como a temática dos bebês é abordada nas pesquisas acadêmicas e; iii) identificar quais outras temáticas são tratadas nas pesquisas que perpassam o debate dos/sobre bebês. Para alcançar tais objetivos de pesquisa, definimos como metodologia a realização de um levantamento da produção científica, nos níveis de mestrado e doutorado, no banco de dados da CAPES, a fim de localizar as pesquisas existentes na área das Ciências Sociais que abordam bebês. O material selecionado evidenciou a pequena quantidade de pesquisas sobre bebês, visto que no final restaram apenas 14 produções. Após a leitura e análise deste material as grandes temáticas que se destacaram foram: gênero, maternidade, paternidade, saúde, reprodução, amamentação e alimentação. A partir dessas discussões, entende-se que, independente do tema referido, os bebês são apresentados como um subtema, não como tópicos centrais, no material selecionado. Os bebês não são analisados por si mesmos, como seres independentes, são trazidos como consequências dos outros temas. Mesmo que seja importante esta presença dos bebês no material selecionado, seria muito diferente a construção destes estudos se os recém-nascidos aparecessem como problema de pesquisa, tentando responder hipóteses sobre suas experiências e vivências, como por exemplo, etnografias sobre sua alimentação, seu sono, suas relações familiares e sociais, as culturais infantis, e a criança e a religião.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Produção científica; Bebês; Pesquisa sobre bebês.

Abstract:

The present study aims to answer what Social Sciences has already researched about babies to comprehend how the subject of infants is approached in the scientific field and if social scientists have focused on this theme of research. It also interested us in delving deeper and question what else the studies on this theme talk about? Are babies the central subject researched? Or do they appear as complementary themes? What other major themes appear? To answer these questions, we established our main goal: to analyze the relevant studies completed in the field of Social Sciences thus far. In order to do so, we outlined the following objectives: i) outline the studies conducted in Brazil until 2019 that explore the subject of infants in the field of Social Sciences; ii) understand how this theme is addressed in academic studies and; iii) identify what other themes arise in the studies that explore the subject in question. To achieve the above goals, we decided to first gather the relevant studies in the Social Science field, in the Master's and Doctorate levels, on the CAPES's database. The selected materials resulted in fourteen studies related to babies, a small number compared to the entire Social Science research database. After analyzing this material, the major themes that emerged were: gender, maternity, paternity, health, reproduction, breastfeeding, and feeding. After further analysis, we concluded that independent from the central theme, infants are mentioned only as subthemes in the selected studies. In these studies, babies are not analyzed as independent subjects but as consequences of the other themes. Although the presence of infants in these studies is essential, it would be very different if these researches focused on answering more complex questions about babies and creating hypotheses about their experiences, such as ethnographies about their feeding behaviors, their sleep, family and social relationships, religion connections.

Keywords: Social Sciences; Academic Research; Babies; Infants; Studies about babies.

Lista de Imagens

Imagem 1 – página de busca da CAPES	23
---	----

Lista de Quadros

Quadro 1 – Resultado da busca na plataforma CAPES	22
Quadro 2 – Conjunto de pesquisas selecionadas	24-25
Quadro 3 – Classificação conforme palavras encontradas	29-30
Quadro 4 – Resultado das palavras encontradas parte 1.....	34-35
Quadro 5 – Resultado das palavras encontradas parte 2	35
Quadro 6 – Resultado classificação conforme palavras encontradas	41
Quadro 7 – Resultado das palavras encontradas na temática de saúde e reprodução....	46
Quadro 8 – Segunda parte das palavras encontradas na temática de saúde e reprodução.....	47
Quadro 9 – Resultado das palavras encontradas referentes às práticas alimentares	54

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Regiões das pesquisas selecionadas	26
Gráfico 2 – Área das pesquisas selecionadas	26
Gráfico 3 – Ano das pesquisas selecionadas	27

Lista de Abreviaturas e Siglas

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Ministério da Educação (MEC)

Novas Tecnologias Reprodutivas conceptivas (NTRc)

Reprodução Assistida (RA)

Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)

Unidade Mães de Anjos (UMA)

Unidade Materno Infantil (UMI)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CAPÍTULO 1: CAMINHOS METODOLÓGICOS	22
3. CAPÍTULO 2: GÊNERO, MULHERES, MATERNIDADE, PATERNIDADE E (PRESENÇA EM SEGUNDO PLANO DOS) OS BEBÊS	36
3.1. A INVISIBILIDADE DOS BEBÊS NAS ANÁLISES DAS EXPERIÊNCIAS DA MATERNIDADE	40
3.2. AS EXPERIÊNCIAS DA PATERNIDADE E A PRESENÇA EM SEGUNDO PLANO DOS BEBÊS.....	44
4. CAPÍTULO 3: A PROCURA DOS/PELOS BEBÊS EM QUESTÕES QUE ENVOLVEM SAÚDE, REPRODUÇÃO E ALIMENTAÇÃO.....	49
4.1. SAÚDE E REPRODUÇÃO: E OS BEBÊS?	50
4.2. PRÁTICAS ALIMENTARES E AMAMENTAÇÃO SEM OS BEBÊS?	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
6. REFERÊNCIAS	70

1. INTRODUÇÃO

A motivação para esta pesquisa surgiu a partir das minhas vivências durante o caminho da graduação, tanto dentro das salas de aula como para além do campus universitário.

Meu interesse sobre a temática se iniciou quando trabalhei num grupo de berçário no Centro de Educação Infantil Arcângelo e passei a perceber as tantas outras formas de comunicação dos bebês para além da comunicação verbal, muito instigada pela professora responsável do grupo. Isto fez com que eu desenvolvesse uma sensibilidade de escutar mais, no sentido de esperar as atitudes dos bebês para depois agir, dar espaço para que eles pudessem tentar, esperar pela tentativa e para que fossem desenvolvendo sua autonomia.

E, ao mesmo tempo em que estava com este emprego, cursava a disciplina de Antropologia da Educação, que também despertou outras formas de perceber a educação. Disciplina esta que solicitou um trabalho no qual era necessário escolher uma situação que envolvesse relações educativas para fazer uma observação. Esta observação consistia em ir a campo, entrar em contato com alguma situação que abrangesse um cenário de ensino e aprendizagem, descrevê-lo e fazer uma análise relacionando com os autores que estavam sendo estudados. Refletindo sobre o que poderia ser observado, interessou-me conhecer mais e melhor os momentos relacionados às práticas do comer destes bebês, como elas foram se modificando ao decorrer do ano e como essa interação ocorria e merecia receber maior atenção.

Esse trabalho para a disciplina de Antropologia da Educação, ganhou tanta relevância e sentido, que acabou se tornando meu projeto de pesquisa em 2019, o qual chegou a passar pela banca de qualificação e ser aprovado. O projeto de pesquisa consistia em fazer uma etnografia sobre as práticas do comer entre bebês nas relações educativas na creche, mais especificamente no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI)¹ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), buscando investigar como este processo se construía, o que estava envolvido, buscava lançar questionamentos frente ao que se entende sobre comer bem ou ter uma boa relação com a comida. Neste contexto de alimentação dos bebês nas creches, era possível perceber certa padronização

¹ O NDI é uma unidade de educação básica, aliada ao Centro de Ciências da Educação (CED), na esfera da universidade que cumpre seu papel na execução do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, como consta na apresentação em seu site.

com o ato de se alimentar, tanto das pedagogas quanto das próprias mães e pais dos bebês. Além disso, pretendia compreender se a relação educativa poderia ser considerada universal, no sentido de existir uma única técnica ser aplicada igualmente a todas as crianças do grupo.

Além disso, a disciplina Antropologia da Educação instigou o aprofundamento do conhecimento em leituras que envolvessem crianças, principalmente bebês. Bem como levou a um diálogo com outros autores, por exemplo, relacionar aprendizagem com cultura, redescobrimto dirigido, educação da atenção, ou ainda, perceber a realidade social tendo como base as perspectivas das técnicas do corpo e na análise de elementos corporais, o que nos permite entender quais fatores interferem ou influenciam nas relações e hábitos.

Ainda entusiasmada com essa aproximação aos bebês que o trabalho realizado para a disciplina Antropologia da Educação proporcionou, me matriculei na disciplina de Antropologia da Criança, que apresentou as contribuições mais recentes na área, debatendo seus pressupostos teórico-metodológicos e análises etnográficas, destacando os estudos sobre/com crianças de diversos contextos sócio-culturais. Com isso, foi possível perceber como é fundamental a inclusão dos estudos sobre/com crianças para o entendimento da totalidade da vida social.

Os conhecimentos tratados nessa disciplina Antropologia da Criança, possibilitaram entender quais as condições de emergência desta área de estudos e pesquisas. Múltiplas áreas, como a História, a Sociologia, a Psicologia e a Pedagogia trouxeram suas contribuições para os estudos da infância. Outro fator importante são os seis princípios base do paradigma dos estudos da infância apresentado por James e Prout (1990). Segundo os autores, o primeiro deles entende a infância como uma construção social e não como uma etapa de imaturidade biológica. O segundo concebe a infância como uma variável da análise social. O terceiro capta que as relações sociais e culturais das crianças merecem ser estudadas em si mesmas. O quarto compreende que as crianças devem ser vistas como ativas na construção e determinação da vida social. O quinto atinge a importância do método etnográfico. E o sexto considera uma dupla hermenêutica: o estudo da infância influi e responde ao processo da reconstrução da infância na sociedade.

Trazendo a contribuição específica da Antropologia para esse paradigma multidisciplinar de estudos da infância, quatro abordagens têm importância nesses estudos da infância, propostas por James, Jenks e Prout (1998). A primeira diz respeito

à infância como construção social: pluralidade e diversidade da infância. A segunda envolve o mundo social da infância como um mundo à parte: autonomia do universo infantil. A terceira entende as crianças como grupo minoritário e busca compreender as relações de poder desiguais dos adultos sobre as crianças. E a quarta é responsável por considerar a criança como categoria socioestrutural, inserida numa estrutura social que a define.

No que se refere às pesquisas mais atuais, é possível apresentar Clarice Cohn para esse debate. A autora traz questões referentes às necessidades da Antropologia da Criança: de interlocução e entrecruzamentos com outros campos do saber, de se debruçar sobre a variedade de concepções de infância, de refinar as formas de “escuta” das crianças.

Clarice Cohn (2013) em seu texto “Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da Antropologia da Criança no Brasil”, afirma que as pesquisas antropológicas sobre ou com crianças, instituições, políticas e direitos devem levar em consideração as concepções de infância que as perpassam e que informam suas formulações e ações. Ela anuncia que o campo da Antropologia da Criança já está legitimado, mas que é preciso ser consolidado em outro sentido: avaliando quais contribuições vem sendo dadas e ainda podem ser dadas à Antropologia. Mas ainda possui algumas dificuldades, como o fato dos estudos necessitarem de um alcance maior e mais efetivo nos debates da Antropologia e na discussão sobre o mundo, ao invés de falar apenas para os antropólogos e antropólogas. Também é necessário entrar no debate maior da Antropologia, entrada esta que permitirá compreender os vários fenômenos sobre os quais os antropólogos e antropólogas se debruçam como pesquisadores e pesquisadoras e como cidadãos. Para Cohn (2013),

É este o estado da arte: a antropologia dedicada às crianças e às infâncias se consolidou, e a excelência, a possibilidade (metodológica, analítica, epistemológica) e a legitimidade de nossos estudos são reconhecidas. Porém, ainda precisamos ganhar maior abrangência tanto no debate antropológico como um todo quanto na intervenção e na atuação pública. Por isso, meu chamado aqui é por maior interlocução, mais entrecruzamentos. É também por manter o tema no debate atual da antropologia. Um bom começo para tal é reconhecer o que os estudos com e sobre crianças têm podido revelar e que nem sempre é revelado pelos demais estudos. (COHN, 2013, p. 223).

É possível perceber que a Antropologia da Criança emergiu buscando entender as crianças e suas vidas por elas mesmas, não mais somente lembrando que elas acompanhavam antropólogas e antropólogos ou mesmo falando de ciclos de vida. Além disso, procurou prestar atenção, como Clarice Cohn (2013) já destacou, nas crianças

pelo que elas eram, e não pelo que elas deveriam ser ou viriam a ser. “Assim também, a diferença estava em que se buscava criar contextos, métodos e técnicas de pesquisa e interlocução com as crianças, de modo a que os antropólogos aprendessem a ouvi-las no que elas têm a dizer.” (COHN, 2013, p. 224).

Ainda neste artigo, Clarice Cohn (2013) nos apresenta outro esforço de grande importância, que foi descobrir o que é ser criança nestes lugares. Duas respostas, nem sempre exploradas da mesma forma ou mesmo conectadas em cada trabalho, são possíveis: o que é ser criança para estas crianças com que se interage na pesquisa, e o que é ser criança neste lugar, ou segundo os termos da autora, como se define a infância (ou as infâncias) nestes lugares. Ela reitera que estas perguntas possuem boas razões de serem feitas nestes contextos etnográficos. Sobre as duas respostas ela diz:

A primeira: evitar pressupor uma infância universal – e para isso nos baseamos muito na demonstração clássica de Ariès (1981) de que a ideia de infância (e o sentimento de infância) tem uma origem histórica muito localizada, e é, portanto, mais propriamente ocidental. A segunda: o fato de que a etnologia já vinha mostrando que a noção de pessoa, e a fabricação dos corpos, o idioma da corporalidade, são cruciais para entender os mundos indígenas e suas socialidades (Cohn, 2000c, 2002b). Assim, se a noção de pessoa, e a fabricação da pessoa e dos seus corpos, são cruciais para os ameríndios, elas deveriam ser fundamentais também para se entender suas noções de infância, suas experiências de infância, as experiências corpóreas destas crianças, e as intervenções sobre estes corpos que se fazem. (COHN, 2013, p. 224-25).

São os nossos preconceitos que já nos impediram de ver as crianças como sujeitos plenos e capazes, “[...] já impediram que escutássemos (e não regêssemos) suas vozes; já impediram que vissemos, em geral, as crianças e as infâncias em suas multiplicidades e em seus modos de gerenciar suas infâncias.” (COHN, 2013, p. 240). Outra questão levantada pela autora é se estamos realmente prontos para ouvir das crianças o que quer que seja que elas venham nos contar.

Essa questão é ainda mais desafiadora se for estendida para as pesquisas com bebês, pois os preconceitos sobre infância apontados por Cohn (2013) são ainda mais fortes em relação aos bebês. Pires e Saraiva (2019) em seu texto “Enquanto houver bebês, há esperança” acreditam que a maneira como construímos uma compreensão sobre o que é o “bebê” é responsável pela ausência dos bebês nas pesquisas antropológicas. “Por um lado, são percebidos pela falta (falta de comunicação, falta de racionalidade, falta de autonomia etc.) e, por outro, como seres irracionais que não simbolizam e, portanto, estão mais próximos dos animais ou dos não-humanos.” (PIRES; SARAIVA, 2019, p. 10). Elas ainda acrescentam,

Os poucos estudos etnográficos com bebês, como o da antropóloga norte-americana Alma Gottlieb sobre a cultura dos recém-nascidos Beng (Oeste da África), demonstram que as concepções hegemônicas sobre os bebês são específicas do mundo ocidental, urbano e industrializado. Esses estudos revelam que há muito o que se pensar sociologicamente sobre e com os bebês, ou seja, a construção de suas trajetórias passa pela produção social e cultural do que se define e se espera deles. Ao mesmo tempo, nós, enquanto antropólogas sociais, estamos preparadas metodologicamente para incluir os bebês nas pesquisas? Nosso método tradicional – a observação participante – é adequado para realizar uma pesquisa sobre os bebês e, sobretudo, com eles? (PIRES; SARAIVA, 2019, p. 10).

Outra questão levantada pelas autoras que merece destaque é o fato da Antropologia sozinha não ter condições de acessar o sujeito do bebê, isso é, o avanço do conhecimento antropológico dos bebês se dará na medida em que abriremos nossas fronteiras para outras disciplinas, abraçando-as e aprendendo com elas (PIRES; SARAIVA, 2019). Além disso, as sociedades sobrevivem, como enunciam Pires e Saraiva (2019) por conta da existência de bebês, uma vez que sem eles não existe reprodução material ou cultural de um povo. E, o cuidado com os bebês é de responsabilidade de toda sociedade que se comprometa com o bem-estar coletivo, e não somente de uma única mulher ou mesmo uma família. “Nesse sentido, pesquisadoras amigas, não estamos tratando de um tema doméstico, muito menos exclusivamente feminino ou bonitinho, mas de um tema central para a sociedade e por isso, para a ciência.” (PIRES; SARAIVA, 2019, p. 13).

Uma referência nos estudos com bebês na Antropologia é Alma Gottlieb. Em seu artigo nomeado “Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores)” do ano de 2009, a autora discute a respeito da matriz social da vida das crianças, que parece estar se desenvolvendo mais devagar na Antropologia do que em outras áreas do saber. Ao discutir sobre a Antropologia e sua metodologia, a autora afirma:

Pode ser tentador em nível metodológico permitir que outras pessoas falem pelos bebês – permitir que uma Antropologia dos bebês se torne uma Antropologia da primeira infância vista pelos outros. Isso seria pressupor que os bebês estão completamente sujeitos às estruturas imaginadas por adultos, incapazes de afirmar qualquer subjetividade. Portanto, é justamente esse aspecto que precisamos evitar, já que uma Antropologia da primeira infância deve incluir não apenas a consideração da perspectiva dos outros sobre os bebês, mas, e tão importante quanto, uma Antropologia dos próprios bebês, baseada na premissa de que bebês podem eles próprios ser atores sociais (Morton, 1996), embora possam utilizar modos exóticos de comunicação. (GOTTLIEB, 2009, p. 326-27).

Sobre a importância de se estudar os bebês, Alma Gottlieb (2009) traz uma ótima reflexão que vai ao encontro do intuito da presente pesquisa. Ela afirma:

Se até mesmo os bebês modelam ativamente a vida das pessoas à sua volta, contribuindo para a constituição de seus mundos sociais, certamente deve haver uma lição para nós, como analistas que buscam a compreensão da vida social em geral. Investigar a maneira pela qual os bebês estão enredados na vida de seus parentes (Harkness & Super, 1996; Le Vine, Miller, & West, 1998) e em instituições mais amplas – tanto locais como globais – também deve produzir um registro significativo na questão da “estrutura”. Se prestarmos suficiente atenção às ideologias nativas relacionadas aos bebês, bem como a suas vidas cotidianas, eles poderiam nos guiar em direção à avaliação equilibrada de estrutura e de agência que tantos entre nós buscamos. (GOTTLIEB, 2009, p. 327).

Estudos e pesquisas sobre os bebês se fazem necessários por conta de ser um momento de inserção destes pequenos seres aos rituais e normas existentes na cultura ocidental, o que gerará uma avaliação intercultural adequada dos bebês que pode nos ajudar a superar nossas próprias convicções quanto à natureza da natureza e da natureza da cultura (GOTTLIEB, 2009). Ademais,

[...] uma Antropologia dos bebês (e de seus cuidadores) poderia contribuir para os permanentes debates sociais e filosóficos sobre o papel da educação na formatação da vida humana. Como foi assinalado anteriormente (Lallemand & Lemoal, 1981a), há bastante tempo as crianças figuram de forma ativa nesses debates, mas mais como marcos ideológicos do que etnográficos. Uma etnografia de bebês informada por trabalhos de campo poderia contribuir significativamente para essa discussão ainda em andamento. (GOTTLIEB, 2009, p. 328).

Ainda no que tange as pesquisas que envolvem os bebês, é relevante refletir sobre os estudos relacionados à bebês tanto na Antropologia quanto na Sociologia, que em ambas as áreas são deixados de lado por inúmeros motivos, e, como Coutinho (2009) afirmou, quanto menor a criança mais ausente ela está nas investigações, nos programas de formação de professores/as, nas políticas educacionais. A autora ainda acrescenta,

A incipiente produção de estudos sobre os bebês no campo da sociologia e da educação pode ser compreendida se tomarmos em conta o quão recente é a abordagem sociológica das crianças pequenas, tendo em vista que a sociologia da infância se consolida como campo de conhecimento a partir dos anos de 1990, o que também ocorre na área da educação infantil, já que a constituição de uma pedagogia da infância data desse mesmo período. (COUTINHO, 2009, p. 20).

Tendo em conta esse alerta, a presente pesquisa, pretendeu uma aproximação aos bebês atentas a interdisciplinariedade conceitual e teórica, uma vez que levanta questionamentos que atingem a Antropologia, Sociologia e até mesmo a Pedagogia.

Além disso, a Antropologia “[...] auxilia na compreensão da realidade do sujeito, fazendo a interface entre as ciências sociais e da saúde, contribuindo assim na abordagem do indivíduo e da família pelo profissional de saúde.” (ARAÚJO; COIMBRA; OLIVEIRA; SOARES, 2016, p. 78).

Todavia, por conta da Pandemia da Covid-19, que avançou pelo Brasil e pelo mundo, acarretando em transformações na vida de todos, a qual causou (ainda causa) adoecimentos e mortes, sofrimento e inúmeras transformações sociais e econômicas, impôs a necessidade de isolamento social para a preservação de vidas e a Universidade adotou também essa medida seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde. Assim sendo, desde 16 de março de 2020, com a Portaria Normativa de Nº 352/2020/GR foram suspensas as atividades de ensino presenciais, em todos os níveis e modalidades, assim como todas as atividades presenciais da Universidade, exceto nos setores de saúde, segurança e nas situações de caráter inadiável e essencial. Assim como a Universidade, o Núcleo de Educação Infantil (NDI), local em que eu realizaria minha etnografia, também é regido por essa portaria e teve que paralisar suas atividades.

Mantendo a determinação da Organização Mundial da Saúde da necessidade de isolamento social, como única forma de contenção da proliferação da Covid-19, a Universidade emitiu novas portarias ao longo desse período do primeiro semestre de 2020. Assim sendo, por conta da pandemia e do isolamento social tive que mudar totalmente os rumos do meu trabalho de conclusão de curso, dadas as impossibilidades que o isolamento gerou, a fim de ser possível dar continuidade na minha pesquisa. O que outrora seria embasado em uma etnografia, mediante contato presencial semanal com os sujeitos (professoras, famílias e bebês), agora seria realizado a partir de um levantamento de dados da produção científica já existente sobre o tema.

Nesse período de isolamento social, mantive encontros virtuais, reuniões *online*, com minha orientadora Antonella Tassinari e com minha co-orientadora Márcia Buss-Simão e com colegas que, assim como eu, estavam fazendo pesquisa, para debater sobre o andamento dos estudos e compartilhar experiências. Nesse processo, redefinimos a pesquisa de forma a manter a temática dos bebês, mas delimitando o campo empírico a reunião da produção científica em nível de mestrado e doutorado sobre a temática. Assim sendo, definimos como **problema de pesquisa**: o que as Ciências Sociais já pesquisaram sobre bebês?

Para responder a essa questão problema, estabelecemos como **objetivo geral**: analisar as pesquisas sobre bebês desenvolvidas na área de Ciências Sociais. Para tanto,

foram delineados os seguintes **objetivos específicos**: i) mapear a produção científica desenvolvida no Brasil até o ano de 2019 que trata dos bebês na área de Ciências Sociais; ii) compreender como a temática dos bebês é abordada nas pesquisas acadêmicas e; iii) identificar quais outras temáticas são tratadas nas pesquisas que perpassam o debate dos/sobre bebês.

Para alcançar tais objetivos de pesquisa, definimos como metodologia a realização de um levantamento da produção científica, nos níveis de mestrado e doutorado, no banco de dados da CAPES, a fim de localizar as pesquisas existentes na área das Ciências Sociais que abordam bebês.

Assim sendo, a pesquisa visou compreender como a temática dos bebês é abordada na produção científica, a fim de conhecer se os(as) cientistas sociais têm se debruçado em fazer pesquisas que tenham relação com bebês. Também nos interessou saber, ao se debruçarem sobre essa temática, do que mais estão tratando? Os bebês são o objeto central de estudo? Ou aparecem somente em segundo plano? Quais outros grandes temas aparecem?

É importante destacar que a presente pesquisa entende como bebês as crianças de 0 a 18 meses. Crianças, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera, são as pessoas de até 12 anos de idade incompletos. Em um projeto de cooperação técnica Ministério da Educação (MEC) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para construção de orientações curriculares para a educação infantil (2009), o relatório utiliza de uma nomenclatura diferenciada para destacar as especificidades necessárias pela faixa etária de 0 a 3 anos: bebês são as crianças de 0 a 18 meses; crianças bem pequenas como crianças entre 19 meses e 3 anos e 11 meses; crianças pequenas como crianças entre 4 e 6 anos e 11 meses; e, crianças maiores as crianças entre 7 e 12 anos incompletos. Sendo assim, os bebês são entendidos como crianças, reconhecendo-os enquanto sujeitos independentes, plenos e capazes.

Para a organização da escrita, o presente Trabalho de Conclusão de Curso está assim organizado: nesta primeira seção denominada Introdução, apresentamos a problemática da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, assim como uma breve introdução da discussão referente aos estudos sobre/com bebês. Na continuidade, no Capítulo 1 intitulado: Caminhos Metodológicos, apresentamos a metodologia e os caminhos seguidos no desenvolvimento da pesquisa. Na seção seguinte, adentramos na análise e desenvolvimento da pesquisa, o Capítulo 2 intitulado: Gênero, Mulheres, Maternidade, Paternidade e (a presença em segundo plano dos) os Bebês, tratará das

questões relacionadas à mulher, à mãe, à maternidade e à paternidade perpassando o debate dos bebês. Posteriormente, o capítulo 3 denominado: A Procura dos/pelos Bebês em Questões que Envolvem Saúde, Reprodução e Alimentação, discutirá a temática de saúde sob diferentes aspectos, seja trazendo a discussão para a atenção à saúde, depressão pós-parto, problemas de saúde, tanto das mães como dos bebês, desenvolvimento saudável do bebê, cuidados de higiene, mortalidade infantil, ou até mesmo os discursos biomédicos e se estendendo até as violências obstétricas, se encerrando no debate a respeito de amamentação e alimentação. Por fim, na última seção chamada: Considerações Finais, apresento minhas reflexões sobre a presente pesquisa.

2. CAPÍTULO 1: CAMINHOS METODOLÓGICOS

As pesquisas são feitas de escolhas, que por sua vez acabam por dizer muito sobre a posição da pesquisadora. Como Minayo (2009) explicita, as questões da investigação se referem a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, são resultados de determinada inserção na vida real, encontrando nela suas razões e seus objetivos. “[...] embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.*” (MINAYO, 2009, p. 16, grifos da autora). Como eu mesma citei na introdução, minha motivação para esta pesquisa está relacionada com minhas vivências durante a trajetória da graduação, dentro e fora da sala de aula ao longo desses anos até aqui.

A escolha criteriosa de todas as etapas que envolvem a pesquisa possui relação com questões particulares da pesquisadora, que podem ir desde aproximação e prazer pela temática ou até mesmo o descontentamento, utilizados assim como forma de estímulo para a realização da pesquisa. Segundo Franco (2003), o autor é antes de qualquer coisa um selecionador e essa seleção não é arbitrária: “Da multiplicidade de manifestações da vida humana, seleciona o que considera mais importante para <dar o seu recado> e as interpreta de acordo com seu quadro de referência.” (FRANCO, 2003, p. 21, grifos da autora).

No que se refere as minhas escolhas sobre o porquê de pesquisar bebês duas explicações se destacam. A primeira delas é meu trabalho anterior em uma creche que mudou o meu olhar, no sentido de perceber como os bebês estão em constante mudança, aprendizagem e absorção de tudo ao seu redor. E, como Gottlieb enfatiza, “[...] faz sentido considerar a vida dos bebês como textos a serem lidos, embora possivelmente com um novo par de óculos.” (GOTTLIEB, 2004, p. 104). Minha mudança de olhar sobre os bebês também se estendeu para a minha área de estudo, a segunda explicação que se destaca e que diz respeito à presença (ou a falta) dos bebês nas pesquisas de Ciências Sociais.

Para compreender como a temática dos bebês está sendo abordada nas pesquisas acadêmicas, na área de Ciências Sociais e, identificar quais outras temáticas são tratadas, optei por uma metodologia que me permitisse fazer inferências sobre qualquer um dos elementos da comunicação. A metodologia escolhida então foi a

Técnica de Análise de Conteúdo que é fundamentada nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, como Franco (2003) enuncia. Para mais,

[...] a análise de conteúdo requer que as descobertas tenham relevância teórica. Uma informação puramente descritiva não relacionada a outros atributos ou às características do emissor é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve, necessariamente, estar relacionado, no mínimo, a outro dado. [...]. Assim, toda análise de conteúdo, implica comparações contextuais. Os tipos de comparações podem ser multivariados. Mas, devem, obrigatoriamente, ser direcionados a partir da sensibilidade, da intencionalidade e da competência teórica do pesquisador. (FRANCO, 2003, p. 16).

Esta abordagem auxiliou na leitura e interpretação das pesquisas selecionadas e, mais para frente, na escolha das categorias de análise. Com a Análise de Conteúdo, como Gomes (2009) destaca, é possível ir além dos aspectos exteriores do que está sendo comunicado, prosseguindo na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos.

A fim de mapear a produção científica no Brasil na área de Ciências Sociais existente até o ano de 2019 que trata dos bebês, fez-se uso do levantamento da produção no banco de dados da CAPES, pois foi a metodologia que se enquadrou de maneira mais satisfatória a compreender e conhecer o que as Ciências Sociais têm pesquisado sobre bebês. Metodologia, entendida aqui como algo além das técnicas, que articula teoria, realidade empírica e os pensamentos sobre a realidade, além de incluir as concepções da abordagem, como destaca Minayo (2009). A autora ainda afirma:

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização dos conhecimentos (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. (MINAYO, 2009, p. 14).

Ao tratar de pesquisa qualitativa é importante trazer a explicação de Minayo (2009), que expõe que esse tipo de pesquisa discute questões muito particulares e, nas Ciências Sociais, se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, em outras palavras, ela trabalha com o universo dos significados, dos valores, dos motivos, das crenças, das atitudes e das aspirações. E mais, o objeto da pesquisa qualitativa, que envolve o universo da produção humana e que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade, custosamente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. Trazendo a diferenciação entre pesquisa qualitativa e quantitativa, Minayo afirma que:

A diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala de hierárquica. Enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatísticas visam a criar modelos abstratos ou a descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, são recorrentes e exteriores aos sujeitos, a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. (MINAYO, 2009, p. 22).

Cabe salientar que o mapeamento feito neste levantamento não representa a totalidade das pesquisas dentro da temática, uma vez que necessitaria de um estudo mais aprofundado, como um Estado da Arte. Romanowski e Ens (2006) definem Estado da Arte como aqueles que fazem uma sistematização de dados englobando os diferentes aspectos que geraram produções em toda uma área do conhecimento. A título de exemplo,

[...] para realizar um “estado da arte” sobre “Formação de Professores no Brasil” não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de “estado do conhecimento”. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39-40).

Tendo isso em vista, acredito que a presente pesquisa tem um papel de pesquisa introdutória, buscando refletir sobre os estudos relacionados a bebês na área das Ciências Sociais. Nem mesmo uma pesquisa de Estado da Arte é capaz de explicar todos os porquês e interpretar todas as questões envolvidas em uma temática, como Minayo (2009) evidencia:

Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar ou interpretar todos os fenômenos e processos. Por vários motivos. Primeiro porque a realidade não é transparente e é sempre mais rica e mais complexa do que nosso limitado olhar e nosso limitado saber. Segundo, porque a eficácia da prática científica se estabelece, não por perguntar sobre tudo, e, sim, quando recorta determinado aspecto significativo da realidade, o observa, e, a partir dele, busca suas interconexões sistemáticas com o contexto e com a realidade. (MINAYO, 2009, p. 17).

Acerca do levantamento de dados, este se iniciou através da escolha dos bancos de dados a serem utilizados. Optei pelo Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Também quis usufruir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Entretanto, não consegui operar este último, porque o sistema travava e não conseguia refinar a busca a fim de reduzir o resultado para menos de 9709 pesquisas.

De acordo com a descrição no próprio site, na página destinada ao histórico da instituição, a CAPES exerce um papel fundamental a respeito da expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação, bem como na construção de mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem.

Segundo a apresentação que consta no site do IBICT, na página destinada a explicá-lo, o instituto tem como missão promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico. No caso do BDTD a descrição exposta no site, na página que informa sobre o que é a plataforma, assegura que a mesma integra e dissemina, em um só portal de busca, livre de quaisquer custos, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

Nesta pesquisa, elaborada no campo das Ciências Sociais, procurei identificar os saberes científicos que discutem a questão dos bebês, através de um levantamento das produções científicas, nos níveis de mestrado e doutorado, posto que a intenção dessa forma de levantamento é realizar um mapeamento para tornar disponível, com base nos materiais cadastrados, as informações relativas a um determinado assunto, neste caso, bebês.

Depois de definir os bancos de dados, fiz a escolha das palavras-chave. Com o objetivo de abranger um número maior de resultados, mas que ainda assim contemplassem a temática eleita para a pesquisa, decidi utilizar três palavras-chave: “bebê”, “bebês” e “berçário”. Optei por usar apenas uma a cada tentativa, visto que apliquei um filtro “área avaliação” com o intuito de buscar somente as pesquisas existentes na grande área das Ciências Sociais. Na primeira tentativa, utilizando a palavra-chave “bebê” no singular, obtive 20 resultados, dos quais 17 foram pré-selecionados, pois os demais não tratavam do tema. Na segunda busca, com a palavra-chave “bebês” no plural, atingi 15 resultados, com 12 pré-selecionados. E na terceira e última palavra-chave, “berçário”, apenas um resultado, mas que não chegou a ser pré-selecionado.

Nas três tentativas, a pré-seleção envolveu apenas a leitura do título das pesquisas. Nesse momento, algumas já foram desconsideradas, por não tratarem da temática de bebês, como o caso das pesquisas: “Trabalha quem pode, bebe e canta quem tem juízo: etnografando o uso ritualístico do álcool em um terreiro”, “Representações

sociais sobre o fenômeno de beber e dirigir”, “Cada um com sua luta: uma etnografia da relação entre sertanejos e mosquitos no alto sertão sergipano”, “O paradoxo da pesca e do preservacionismo: um estudo sobre os pescadores artesanais da ilha das caieras”, por exemplo. Feitas as tentativas, realizou-se um cruzamento entre as pesquisas encontradas para verificar as que se repetiam. Dos 37 trabalhos encontrados, permaneceram 25 trabalhos. Na sequência, apresento o Quadro 1 com os números para melhor visualização:

Quadro 1: Resultado da busca na plataforma CAPES

Palavras-chave – CAPES	Resultado	Pré-selecionados	Filtros	Data da busca
Bebê	20	17	Área avaliação: Antropologia/Arqueologia (6), Sociologia (6), Sociologia (4), Antropologia/Arqueologia (3), Ciências sociais aplicadas 1 (1).	23/04/2020
Bebês	15	12	Área avaliação: Sociologia (7), Antropologia/Arqueologia (3), Sociologia (3), Antropologia/Arqueologia (2).	23/04/2020
Berçário	1	ZERO	Área avaliação: Sociologia (1).	23/04/2020
TOTAL DE PESQUISAS (após cruzamento)	36	25	–	23/04/2020

Fonte: organizado pela autora com base no levantamento realizado em abril de 2020.

Na continuidade, com a finalidade de organizar o levantamento dos dados e também facilitar a obtenção de informações em momentos futuros, procurei sistematizar os dados encontrados elaborando um quadro com todos os materiais referentes às pesquisas pré-selecionadas, como por exemplo, autor, título, área, nível, instituição e ano.

Logo após, transferei para o meu computador as pesquisas pré-selecionadas. Nesse ponto, refiz as tentativas na CAPES com intuito de fazer o *download* dos trabalhos pré-selecionados. No site da CAPES, algumas das pesquisas apareciam como “anteriores a plataforma sucupira”, plataforma esta criada em 2014 como uma ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), segundo explicação contida na página sobre avaliação no site da plataforma. Sobre as pesquisas que continham a informação “anterior a plataforma sucupira”, foi necessário realizar uma investigação mais profunda para conseguir encontrá-las. Primeiramente, escrevi seus títulos e nome do autor no site de pesquisa Google. Alguns dos trabalhos já apareceram dessa forma e

pude fazer o *download* para o meu computador. Os que ainda assim não apareceram seguiram no aprofundamento da investigação. Essa continuação envolveu ir às respectivas bibliotecas virtuais das universidades, informação esta que estava contida na descrição de cada pesquisa no site da CAPES (como mostra a imagem 1). Não obtive muito sucesso, pois a maioria dos trabalhos não possuía versão digital, por terem sido feito antes destas plataformas. Ainda na plataforma sucupira, algumas das pesquisas apareciam como “o trabalho não possui divulgação autorizada”.

Imagem 1: página de busca da CAPES

20 resultados para **bebê**
Exibindo 1-20 de 20

<< < 1 > >>

Refinar meus resultados

Tipo: 4 opções

Mestrado (Dissertação) 13

Doutorado (Tese) 5

1. Noronha, Márcio Pizarro. **Um estudo do Corpo Humano enquanto objeto estético de fronteira: O embrião-feto-bêbe em suas formas figurativas.** 01/10/1999 250 f. Doutorado em CIÊNCIA SOCIAL (ANTROPOLOGIA SOCIAL) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Ciências Sociais Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
2. CAVALCANTE, MOHANA ELLEN BRITO MORAIS. **Mãe - bebê - avó Dilemas geracionais da maternidade na adolescência** 28/02/2018 152 f. Mestrado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: undefined [Detalhes](#)

Fonte: captura da tela (*printscreen*) feita pela autora do banco de dados da CAPES em junho de 2020.

Na tentativa de acessar as pesquisas classificadas como “não possui divulgação autorizada” e as que mesmo depois da investigação mais profunda ainda não haviam sido encontradas, entrei em contato com os respectivos autores. Uma nova tabela, sempre digital na plataforma Excel, na qual constava a relação dessas pesquisas foi feita, ou seja, a cada novo passo, uma atualização da tabela era feita, buscando manter os dados mais organizados e mais específicos, o que facilitou quando era necessário checar alguma informação em um momento posterior. A tabela final (Quadro 2) será apresentada mais à frente.

O contato com os autores ocorreu através do envio de e-mails, que estavam disponíveis nos seus respectivos currículos Lattes. A plataforma Lattes, segundo a explicação, contida na página destinada à sua história, em seu site, representa a experiência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na integração de bases de dados de currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. A plataforma se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa. Dos 10 e-mails enviados, quatro autores não responderam, dois e-mails acusaram falha no envio e outros quatro autores responderam ao e-mail, sendo que

dessas quatro respostas, apenas um trabalho foi enviado, outros dois não conseguiram enviar e um não se enquadra na presente pesquisa, visto que não aborda a temática dos bebês, como foi destacado pelo próprio autor ao me responder.

Sendo assim, das 25 pesquisas pré-selecionadas consegui ter acesso a somente 17 delas, as quais foram transferidas para o meu computador. Numa primeira leitura dos resumos destas pesquisas, percebi que duas não se enquadravam, pois não tratavam diretamente da temática de bebês. A primeira delas tratava, na verdade, de poesia popular, cantoria de viola, informações estas que constavam no resumo. A segunda, foi necessário dar início a leitura da pesquisa, pois o resumo deixou dúvidas. Lendo a pesquisa acabei por descartá-la em razão de só citar que esses filhos-de-criação eram acolhidos por essas famílias ainda bebês, mas não adentravam na temática de bebês, apenas utilizava a palavra em um breve momento inicial.

Neste momento da leitura, percebemos que mais uma pesquisa não se enquadrava na temática dos bebês. A tese “Vida de filho de criação na Zona da Mata de Minas Gerais” versava sobre as formas morais e costumeiras, por meio das quais, os habitantes da Zona da Mata de Minas Gerais reconhecem os filhos de criação e estabelecem o imaginário dos princípios e regras que lhes define o perfil da própria identidade e a gramática dos relacionamentos. Como apresenta a autora Priscila Azevedo (2017), filho de criação é a categoria nativa utilizada para se referir a pessoas que foram dadas, ainda bebês ou durante a infância, pela família consanguínea para outra família criar. Na leitura da pesquisa observamos que, em alguns momentos, aparecia a palavra bebê, mas apenas citando que os filhos de criação chegavam nas famílias ainda bebês. Além disso, a palavra “bebe” era recorrente, mas no sentido de beber, com algumas variações como bebeção, além disso, um sujeito da pesquisa se chamava Beбето. Esta terceira pesquisa que foi desconsiderada era o doutorado da mesma autora que havia escrito sobre os “filhos-de-criação”, mencionado acima.

À vista disso, mantiveram-se para composição desta análise 14 pesquisas relevantes para este estudo, como demonstro no Quadro 2:

Quadro 2: Conjunto de pesquisas selecionadas (continua)

Autores	Título	Área/Nível/Instituição	Ano
LUNA, Naara Lucia de Albuquerque	Bebê de proveta, barriga de aluguel, embriões de laboratório; as representações sociais das novas tecnologias reprodutivas	Antropologia Social / Mestrado / Universidade Federal do Rio de Janeiro	01/01/1999

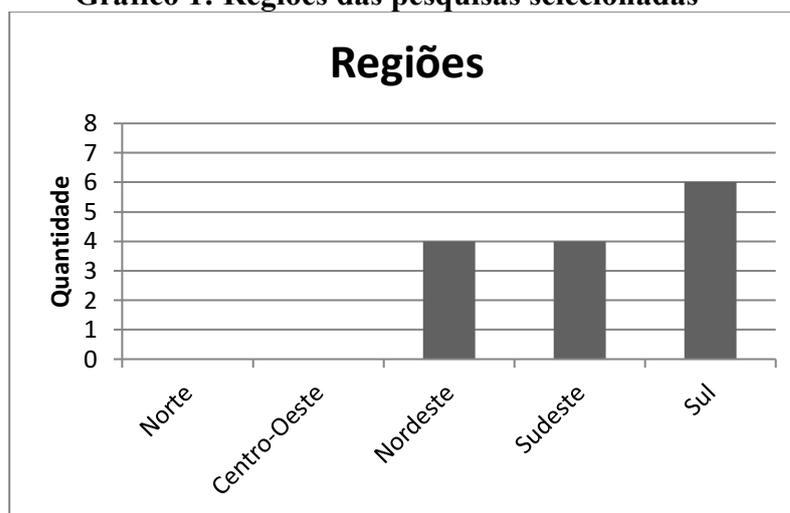
FRAIZ, Ipojucan Calixto.	Gestação: itinerário terapêutico e peregrinação: um estudo sociológico da perda do bebê no bairro Sítio Cercado-Curitiba	Sociologia / Mestrado / Universidade Federal do Paraná	01/06/2001
KALSING, Vera Simone Schaefer.	As novas tecnologias reprodutivas conceptivas no Comitê de Bioética do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - RS	Sociologia / Doutorado / Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/03/2010
BRAGA, Palloma Cavalcanti Rezende.	Corpo, saúde e reprodução entre os índios fulni-ô	Antropologia / Mestrado / Universidade Federal de Pernambuco	01/05/2010
JOAQUIM, Joelma Marísa Firmone.	Eu vi elas dando o peito e não podia dar: representações e práticas de mulheres vivendo com HIV/AIDS sobre aleitamento materno	Antropologia Social / Mestrado / Universidade Federal do Rio Grande do Sul	01/02/2012
KLUJSZA, Stephania Goncalvez.	Nascer sorrindo: Reflexões acerca da gravidez enquanto rito de passagem e os modelos de assistência ao parto no Brasil	Antropologia / Mestrado / Universidade Federal Fluminense	30/04/2014
LUZ, Lia Hecker.	O renascimento do parto e da (reinvenção da) emancipação social na blogosfera brasileira: contra o desperdício das experiências	Ciências Sociais / Doutorado / Universidade Federal do Rio Grande do Norte	29/05/2014
PULHEZ, Mariana Marques.	Mulheres Mamíferas: práticas da maternidade ativa	Antropologia Social / Mestrado / Universidade Estadual de Campinas	25/02/2015
PINHEIRO, Diego Alano de Jesus Pereira	Crianças especiais para famílias especiais: os sentidos de maternidade para mães de bebês com microcefalia em Pernambuco	Antropologia / Mestrado / Universidade Federal da Paraíba	23/02/2017
BRECAILO, Marcela Komechen.	Experiências de mulheres no cuidado e no aleitamento materno: inter-relações e autonomia na maternagem	Sociologia / Doutorado / Universidade Federal do Paraná	18/04/2017
HERNANDEZ, Alessandra Rivero.	O corpo e a vida: uma etnografia dos modos sensíveis de criação infantil	Antropologia Social / Doutorado / Universidade Federal do Rio Grande do Sul	21/06/2017
LIMA, Helida Magalhães da Costa.	Mães, cuidadoras e bebês: a invenção da creche e a nova família	Sociologia / Doutorado / Universidade Federal da Paraíba	29/03/2018
SALES, Leticia Mara.	Maternidade Encarcerada e a gestão da vida da díade mãe-bebê em contexto prisional	Ciências Sociais / Mestrado / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	27/02/2019
OLIVEIRA, Luiza Dias de.	As grades que envolvem o berço: maternidades no contexto do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier	Ciências Sociais / Mestrado / Universidade do Vale do Rio dos Sinos	28/08/2019

Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em junho de 2020.

Situando geograficamente a produção selecionada, é possível perceber um maior número da produção científica na região Sul, que contabiliza seis pesquisas, já a região Sudeste contabiliza quatro pesquisas e a região Nordeste soma quatro pesquisas também, do total de 14 pesquisas, enquanto que nas regiões Norte e Centro-Oeste não

foram encontradas pesquisas sobre essa temática (ver Gráfico 1 logo abaixo). Além disso, 13 das 14 pesquisas foram realizadas em universidades públicas, a 14ª foi realizada em uma universidade comunitária (Unisinus). Das 13 pesquisas realizadas em universidades públicas, 2 delas em universidades federais e uma em universidade estadual.

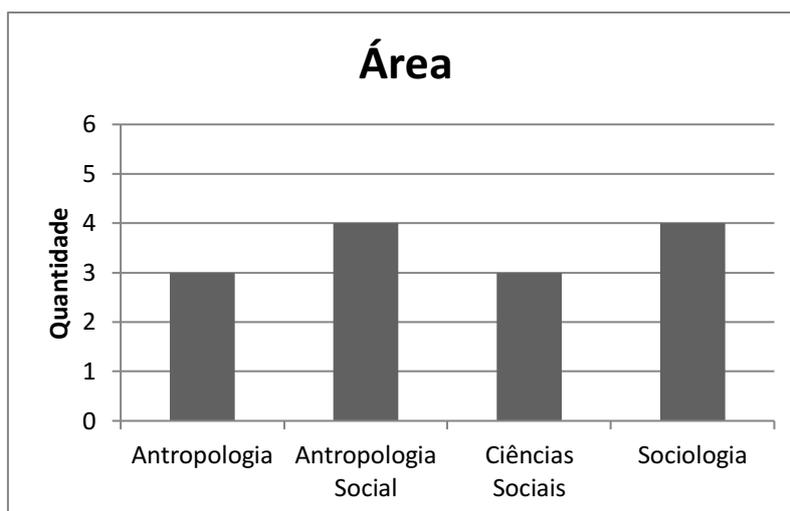
Gráfico 1: Regiões das pesquisas selecionadas



Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em junho de 2020.

Outro agrupamento perceptível foi a área de realização da pesquisa, mesmo que todas façam parte das Ciências Sociais ainda se subdividem em: Antropologia que somou três pesquisas, Antropologia Social contabilizando quatro das pesquisas, Ciências Sociais que somou três pesquisas e Sociologia que, da mesma forma, contabilizou quatro pesquisas, totalizando as 14 pesquisas selecionadas (ver Gráfico 2 logo abaixo). E mais, das 14 pesquisas, nove são dissertações de mestrado e cinco são teses de doutorado.

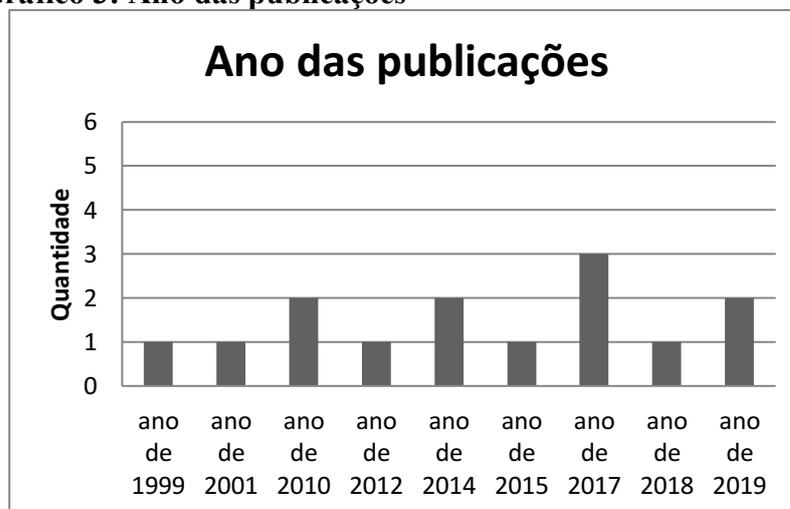
Gráfico 2: Área das pesquisas selecionadas



Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em junho de 2020.

É importante destacar que neste mapeamento não realizamos recortes temporais, uma vez que ao efetuar as buscas nas plataformas constatamos que as pesquisas existentes que compuseram o quadro de referências eram poucas e em um período bem espaçado, como pode ser observado no Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3: Ano das publicações



Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em junho de 2020.

Como mostra o gráfico acima (Gráfico 3), é interessante notar um hiato entre 2001 e 2010, enquanto que a partir deste momento realizam-se pesquisas, uma por ano, exceto 2011, 2013 e 2016 que não consta nenhuma pesquisa. Será efeito dos estudos sobre bebês? Relações com outras áreas que tem pesquisado bebês: Sociologia da Infância? Antropologia da Criança? Como Gottlieb (2009) afirmou, é como se as pesquisas sobre bebês ainda estivessem engatinhando.

Um outro fator que merece destaque é o fato de se considerar a historicidade das produções científicas, como Buss-Simão (2007) enfatiza:

[...] possivelmente, muitas das concepções defendidas pelos autores em suas dissertações já foram revistas por eles próprios, pois sabe-se que as produções são historicamente situadas. Em todo o processo da pesquisa, desde a coleta das dissertações, houve a preocupação de não desfazer, desvalorizar ou menosprezar os autores dos trabalhos. (BUSS-SIMÃO, 2007, p. 53).

A partir dessa análise mais geral dos dados reunidos, na continuidade, o intuito não é analisar as concepções defendidas pelos autores e sim compreender como a temática dos bebês está sendo abordada nos estudos selecionados. Dando sequência à pesquisa, realizamos a leitura do material selecionado, buscando:

[...] (a) ter uma visão de conjunto; (b) apreender as particularidades do conjunto do material a ser analisado; (c) elaborar pressupostos iniciais que servirão de baliza para a análise e a interpretação do material; (d) escolher formas de classificação inicial; (e) determinar os conceitos teóricos que orientarão a análise. (GOMES, 2009, p. 91).

A leitura do material ocorreu em ordem alfabética e foi balizado por algumas categorias definidas *a priori* seguindo a Técnica de Análise de Conteúdo (Franco, 2003), com o intuito de conseguir classificar e criar conexões no conjunto selecionado. Segundo Franco (2003) as categorias de análise podem ser criadas *a priori* ou a *posteriori*:

Para a elaboração de categorias existem dois caminhos que podem ser seguidos: 1. Categorias criadas *a priori*. Neste caso, as categorias e seus respectivos indicadores são predeterminados em função da busca a uma resposta específica do investigador. [...]. 2. As categorias não são definidas *a priori*. Emergem da “fala”, do discurso, do conteúdo das respostas e implicam constante ida e volta do material de análise à teoria. Serão tanto mais ricas quanto maior for a clareza conceitual do pesquisador e seu respectivo domínio acerca de diferentes abordagens teóricas. (FRANCO, 2003, p. 52-53).

As categorias *a priori* surgiram por conta dos títulos das pesquisas e foram então definidas como: bebês, parto e gênero. No decorrer das leituras, novas categorias foram aparecendo, tal como saúde e amamentação. As categorias vão sendo criadas conforme emergem nas respostas, para depois serem interpretadas à luz das teorias explicativas (FRANCO, 2003). Para mais, percebeu-se que a categoria parto era muito específica e questões similares apareciam bastante, como: gestação, feto, processo reprodutivo e sistema reprodutor. Por conta disso, surgiu uma nova categoria englobando todas estas intitulada: reprodução. Como Franco (2003) salienta, existe uma propensão de que as categorias criadas *a priori* levem a uma simplificação e uma

fragmentação do conteúdo manifesto. “Além disso, o pesquisador, muitas vezes, se vê induzido a imprimir uma ‘camisa-de-força’ na fala dos respondentes, procurando indícios daqui e dali para classificar as respostas em seu sistema categórico.” (FRANCO, 2003, p. 54). Procurando evitar esta simplificação, escolhi acrescentar novas categorias (categorias a *posteriori*) conforme fui realizando as leituras e percebendo que isso se fazia necessário para analisar as múltiplas temáticas que estavam sendo abordadas.

Semelhantemente, a categoria gênero abordava somente questões ligadas à maternidade e à mulher. Contudo, a temática da paternidade veio à tona e eu entendi que seria melhor criar uma outra categoria mais específica para que essa temática fosse mais enfatizada. E assim, surgiu a categoria: paternidade. Assim como, achei pertinente diferenciar amamentação da alimentação, mesmo que amamentar faça parte do processo alimentar, a temática alimentação envolvia questões diferentes das que a amamentação trata, por exemplo, amamentar está muito ligado à mãe, ao desenvolvimento do vínculo da mãe com o bebê, enquanto a alimentação trazia outros sujeitos. Sendo assim, as categorias criadas a *posteriori* foram: reprodução, paternidade, saúde, amamentação e alimentação.

Na continuidade, novas tabelas foram feitas na plataforma Excel com o intuito de tornar mais visível a presença das categorias nas pesquisas selecionadas. Neste momento, escolhi algumas palavras que considerei importantes, visto que eram recorrentes nas pesquisas, para verificar o quanto cada temática se manifestava no material selecionado. Segue abaixo um quadro (Quadro 3) para exemplificar:

Quadro 3: Classificação conforme palavras encontradas (continua)

Palavras pesquisadas	Nº total de repetições
Parto	2267
Gestação	351
Feto	142
“Uter”	180
Sexual	450
“Reprodu”	1491
Bebê	1499
Recém nascido	460
Mãe	3183
Maternidade	1399
Mulher	4402

Gênero	719
Pai	517
Paternidade	176
Companheiro	70
Marido	242
Esposo	16
“Amamenta”	927
Comida	45
“Aliment”	515
“Nutri”	113
Hospital	493
“Cesarea”	200
“Medic”	2078
Saúde	2225
Doença	471
Morte	214
Mortalidade	151
Violência obstétrica	139
Aborto	124
Violência	342
Educação	401

Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em abril de 2020.

No quadro acima (Quadro 3), é possível ver a utilização de cores com a finalidade de agrupar as palavras em uma mesma categoria. O roxo engloba a categoria “reprodução”, o azul claro a categoria “bebês”, o azul escuro “gênero”, o rosa “paternidade”, o vermelho “amamentação”, o amarelo para “alimentação” e o verde para “saúde”. Além disso, é importante dizer que algumas palavras foram pesquisadas de forma abreviada, pois assim abarcariam outras similares, como por exemplo, “uter” abarcou: útero, uterino, uterina; “reprodu”: reprodução, reprodutivo; “aliment” englobando: alimento, alimentação, alimentar; “nutri”: nutrição e nutrir; “cesarea”: cesárea e cesariana; ou também “medic”: medicina, médico, médicos.

No processo de categorização, a Técnica de Análise de Conteúdo possui uma regra da exclusão mútua: se um texto/trecho se enquadra em uma temática não poderia ser agrupado em outra. Como Bardin (1977) afirma:

A exclusão mútua: Esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. As categorias deveriam ser construídas de tal maneira, que um elemento não pudesse ter dois ou vários aspectos susceptíveis de fazerem com que fosse classificado em duas ou mais categorias. Em certos casos, pode pôr-se em causa esta regra, com a condição de se adaptar o código de maneira a que não existam ambigüidades no

momento dos cálculos (multicodificação). (BARDIN, 1977, p. 120, grifos da autora).

No entanto, a realidade é mais profunda, essas categorias se interseccionam, não podendo ser inseridas exclusivamente em uma única divisão e, por conta disso, não segui esta regra.

Buscando facilitar a leitura e o diálogo dos autores selecionados com os autores da fundamentação teórica, os autores do material selecionado aparecerão, no decorrer da presente pesquisa, com seus nomes destacados em **negrito**.

Como veremos nos capítulos seguintes, estas temáticas encontram-se entrelaçadas, uma se conecta com a outra e os debates vão se estendendo. Dessa forma, entendendo o caminho percorrido até aqui, seguiremos para a análise das pesquisas selecionadas. No capítulo dois, discuto a temática do gênero, tratando das questões relacionadas à mulher, à mãe, à maternidade e à paternidade perpassando o debate dos bebês. No capítulo três, analiso o tema da saúde sob diferentes aspectos, tanto trazendo a discussão para a atenção à saúde, depressão pós-parto, problemas de saúde, tanto das mães como dos bebês, desenvolvimento saudável do bebê, cuidados de higiene, mortalidade infantil, como também os discursos biomédicos e se estendendo até as violências obstétricas, se encerrando no debate a respeito de amamentação e alimentação.

3. CAPÍTULO 2: GÊNERO, MULHERES, MATERNIDADE, PATERNIDADE E (A AUSÊNCIA DOS) OS BEBÊS

Nesse capítulo, busco analisar os dados reunidos referentes à temática do gênero, tratando das questões relacionadas à mulher, à mãe e à maternidade perpassando o debate dos bebês se estendendo também para o tema da paternidade, como veremos.

Trazendo uma autora que trata da temática de gênero, Joan Scott (1995) mostra que o termo “gênero”, com o passar do tempo, foi aplicado de diferentes formas. Destaca que o uso descritivo do termo “gênero” é um conceito associado ao estudo de questões relativas às mulheres. Também defende que gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.

Scott (1995) ainda afirma que sempre foi assinalado pelas pesquisadoras feministas que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, como iria similarmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. Bem como farão emergir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões, redefinirá velhas questões em novos termos, tornará as mulheres visíveis como participantes ativas.

Relacionado a isso é possível trazer Ilana Löwy (2007) que reitera que a partir dos anos 1970 surgiram estudos dedicados à história das mulheres que puderam dar voz a um grupo até então ausente nos discursos históricos. Frequentemente ligados aos estudos sobre a história das mulheres estão àqueles sobre a história social, como a autora apresenta. Para mais,

Nos anos 1970, algumas historiadoras propuseram desenvolver estudos históricos centrados em temas ‘tipicamente femininos’: a gravidez, o parto, a maternidade e a educação das crianças pequenas, a tecelagem, a costura e a cozinha. Tais estudos souberam estender o campo das pesquisas históricas a assuntos até então percebidos como ‘menores’, ‘episódicos’, desprovidos de significação mais geral, uma vez que reservados ao domínio das mulheres, e puderam colocar esses assuntos no centro das preocupações dos historiadores, tornando visíveis as atividades pouco estudadas e, no entanto, indispensáveis à economia e à sociedade. Outras pesquisadoras, notadamente na França, argumentaram que não era preciso reduzir os estudos históricos sobre as mulheres às atividades rotuladas de ‘femininas’. [...]. Propunham que, antes de tudo, seria preciso interessar-se pelo conjunto das interações entre os homens e as mulheres, voltando-se, por exemplo, para a história do gosto, do desejo e da sedução, bem como para as formas específicas de sociabilidade nas diversas camadas da sociedade. (LÖWY, 2007, p. 321).

No que tange a fazer pesquisa sobre bebês, observei que esse recorte também é perpassado pelo gênero. Das 14 pesquisas aqui analisadas, apenas duas foram

produzidas por homens. “O fato de ser homem e pesquisar maternidade, talvez não fizesse sentido, era algo a se desconfiar, não?” (PINHEIRO², 2017, p. 28). O autor, em sua dissertação “Crianças especiais para famílias especiais: os sentidos de maternidade para mães de bebês com microcefalia em Pernambuco” inclusive traz um questionamento importante na sua pesquisa,

Ao perguntar à ela [mãe do bebê] o que a criança tinha, me referindo aos problemas de saúde, ela responde: “É antiético ficar falando, sabe? Eu sou psicóloga e eu entendo de ética.” Em seguida, praticamente ignora minha presença e continua: (Finge que é o bebê falando) “Olha tio, eu não sou objeto de pesquisa, viu? Não sou. Gente, ele está fazendo pesquisa e acha que sou um objeto, mas eu não sou.” O que me fazia entender todo o jogo que ali estava predominante naquele momento: a comparação entre as áreas do saber; de gênero (afinal ela segurava um bebê no colo e eu não); e até mesmo quem sabe, implicitamente dizendo: que contribuição um antropólogo homem pode dar para mães e bebês nesses termos? (PINHEIRO, 2017, p. 36-37).

Ainda considerando a fala dessa mãe, que fingia que era o bebê quem estava falando, “[...] ela estaria sugerindo que a criança não poderia ser definida como objeto de pesquisa, por ser um sujeito que não fala? Ou por estar na condição de criança? Ou ainda, por ser pessoa com deficiência?” (PINHEIRO, 2017, p. 37).

Para a maioria de nós, os bebês constituem um não sujeito, ocupando um espaço negativo que é virtualmente impenetrável para o olhar antropológico (GOTTLIEB, 2004, p. 81). Gottlieb (2004) expõe que nosso entendimento de qualquer sociedade é distorcido se as mulheres forem negligenciadas, como o feminismo pôde nos ensinar, assim como negligenciar as crianças, isso engloba os bebês, tem como consequência uma visão extremamente parcial dessa sociedade. Como cientistas sociais que buscam compreender de alguma forma a vida social em geral, estudar os bebês se faz muito importante, pois eles moldam intensamente a vida das pessoas à sua volta, participando na formação de seus mundos sociais (GOTTLIEB, 2009).

As pesquisas selecionadas reconhecem as conquistas dos movimentos feministas e sociais em algumas esferas públicas como, por exemplo, os destinos da educação infantil. “A ideia estigmatizante de creche como depósito ou como um mal necessário para a guarda de crianças pobres e filhas de pais e mães trabalhadores(as) perdeu espaço para a concepção da creche como uma conquista histórica dos movimentos de mães trabalhadoras e feministas a partir dos anos de 1970 e 1980.” (LIMA, 2018, p. 30). E ainda, atravessando a questão do gênero:

² Buscando facilitar a identificação dos autores que fazem parte do material selecionado para análise estes aparecem com seus nomes em **negrito**.

O processo de adaptação dos bebês à creche, em quase todas as sociedades e culturas ocidentais, é mais uma atribuição associada ao gênero feminino. [...]. Na maioria das vezes, quando o homem desempenha alguma tarefa considerada típica do universo feminino, ele a realiza como uma forma de contribuir com a mulher, não se implicando, portanto, como parte responsável. A ausência desse comprometimento masculino com os cuidados com as crianças, casa e familiares, revelam resquícios de valores típicos das sociedades machistas. (LIMA, 2018, p. 41).

Uma das pesquisas selecionadas (HERNANDEZ, 2017) apresenta o conceito de “criação com apego”, sobre o qual farei um destaque brevemente para contextualizar as temáticas de maternidade e paternidade e evidenciar como há uma tendência em naturalizar essa relação da mãe com o bebê. Esta forma de criação infantil possui diferentes dominações, tal como:

[...] maternagem/paternagem/maternidade/paternidade consciente, ativa ou ainda, criação com apego. As duas primeiras denominações chamam a atenção para uma ação autoral, fruto de uma prévia apreciação dessas práticas e não da mera reprodução das mesmas. Em outras palavras, que praticar este estilo de criação parental seria o resultado de uma “escolha individual”. A última designação é a tradução do termo em inglês attachmentparenting, criado pelo pediatra norte-americano William Sears e que se tornou mais conhecido com a publicação em 1991 do seu livro intitulado *The baby book* (SEARS, 2003). Nele, são propostos sete princípios para uma “criação com apego”: conecte-se desde o nascimento (com seu bebê); acredite no choro do seu bebê; amamente; carregue seu bebê junto ao corpo; durma junto ao bebê; equilibre e administre (suas necessidades e a do bebê); e tenha cautela com treinos para bebês. (HERNANDEZ, 2017, p. 17).

Hernandez (2017) apresenta essa discussão no intuito de problematizar o tom de naturalidade que acompanham as formas de vida, trazendo aspectos da educação engajada, como a educação da atenção, a preparação do ambiente as gramáticas emocionadas operadas e a preparação do ambiente, a moralidade envolta no ato de fazer escolhas conscientes e de criar um filho, a experiência feminina no corpo a corpo com o bebê, bem como os “[...] pressupostos socioculturais presentes nos argumentos científicos, ou mesmo em uma memória comum a toda a humanidade, presentes nos discursos sobre a maternidade e a criação infantil em foco.” (HERNANDEZ, 2017, p. 22).

No intuito de melhor visualizar a temática abordada neste capítulo e, antes de aprofundar a discussão, segue abaixo dois quadros (Quadro 4 e 5) referentes ao resultado das palavras encontradas em cada texto selecionado:

Quadro 4: Resultado das palavras encontradas parte 1 (continua)

	Palavra e nº de repetições
--	----------------------------

Autor(a)	Bebê	Recém nascido	Mãe	Maternidade	Mulher	Gênero
BRAGA	16	16	76	0	113	11
BRECAILO	64	7	712	274	1434	293
FRAIZ	63	27	25	9	126	1
HERNANDEZ	76	12	101	45	112	11
JOAQUIM	33	41	173	32	413	8
KALSING	45	2	75	169	526	176
KLUJSZA	202	13	126	33	263	3
LUNA	72	1	170	91	200	20
LUZ	68	1	139	36	243	4
LIMA	423	4	373	42	168	56
OLIVEIRA	96	3	117	57	196	19
PINHEIRO	210	1	612	100	236	55
PULHEZ	3	328	294	439	27	22
SALES	128	4	190	72	345	40
TOTAL	1499	460	3183	1399	4402	719

Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em abril de 2020.

Quadro 5: Resultado das palavras encontradas parte 2

Autor(a)	Palavra e n° de repetições				
	Pai	Paternidade	Companheiro	Marido	Esposo
BRAGA	22	0	3	14	4
BRECAILO	117	6	9	53	4
FRAIZ	8	0	2	10	2
HERNANDEZ	17	13	8	1	0
JOAQUIM	6	1	1	6	2
KALSING	12	34	6	5	2
KLUJSZA	39	0	3	31	0
LUNA	49	31	4	27	1
LUZ	2	0	1	2	0
LIMA	41	6	30	0	0
OLIVEIRA	16	0	14	24	1
PINHEIRO	31	9	3	37	0
PULHEZ	129	41	9	31	0
SALES	28	35	6	1	0
TOTAL	517	176	99	242	16

Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em abril de 2020.

É possível observar que a temática da mãe e da maternidade aparece quase que duas vezes mais do que a de bebês e recém nascidos. Se somar “mãe”, “maternidade” e “mulher” a diferença aumenta para quase quatro vezes mais. Mas, se comparar bebês com pai e paternidade, o resultado é invertido, os bebês aparecem quase que três vezes

mais. E mais, mãe e maternidade são quase sete vezes mais abordadas do que a temática de pai e paternidade.

3.1. A INVISIBILIDADE DOS BEBÊS NAS ANÁLISES DAS EXPERIÊNCIAS DA MATERNIDADE

Tratando da temática da maternidade, as pesquisas a abordam ou como tema central ou secundário, mas de alguma forma sempre se faz presente, através de diferentes perspectivas. Seja na sociedade indígena, na pesquisa de **Braga** (2010), abordando corpos, saúde e reprodução; nas experiências de mulheres no cuidado e aleitamento materno com **Brecailo** (2017); nas práticas de mulheres com HIV/Aids sobre aleitamento materno por **Joaquim** (2012); **Kalsing** (2010) e **Luna** (1999) com as tecnologias reprodutivas; **Oliveira** (2019) e **Sales** (2019) tratando de maternidade num contexto prisional; **Luz** (2014) e **Klujsza** (2014) discutindo parto ou mesmo **Lima** (2018) debatendo creche, mães, cuidadoras e bebês. A maternidade é

[...] alvo frequente de estratégias e normatizações, que vão se delinear a depender do tempo e do período, imbricada em temas como a moral, a ciência e a religiosidade, que, por sua vez, também se interpelam ou se coadunam. Tais relações irão refletir nas experiências das mulheres e em sua autonomia no exercício da maternidade, mediando seus desejos e escolhas e modificando ou limitando suas possibilidades nas tomadas de decisão. [...]. É um tema de relevância para a compreensão de processos que são políticos e também constitutivos da subjetividade das mulheres, das suas escolhas e possibilidades e ou conflitos sobre ser mulher, ser mãe, trabalhar e dar conta de nutrir bebês. (**BRECAILO**, 2017, p. 09).

Esses aspectos foram e continuam sendo discutidos pela teoria feminista, que desnaturalizou ideias sobre os sentimentos da mãe, a natureza da maternidade e o vínculo com o bebê, como **Brecailo** (2017) destaca. “O amor materno, assim como qualquer outro sentimento, não é um sentimento natural da mulher; ou uma essência de quem gera um filho, mas sim um sentimento aprendido, de acordo com os padrões vigentes nos contextos sociais e históricos em que esta mulher vive.” (**BRECAILO**, 2017, p. 56).

Ligado a isso encontram-se todas as expectativas e ideias criadas na sociedade de como uma mulher, uma mãe, devem agir, atitudes esperadas para nós, assim como cobranças, descontentamento, julgamentos e culpas. Exemplificando, se a mãe colocou muita ou pouca roupa no bebê, se está alimentando de tal forma, se vai ser mãe solo, se engravidou, é porque não se cuidou, a mulher “[...] deve evitar ‘fazer raiva ao esposo’, pois ela precisa cuidar para manter um casamento harmonioso” (**BRAGA**, 2010, p. 38).

Ou ainda, o ideal de “boa maternidade” exigido, “as normativas sobre a maternidade no cárcere podem ser encaradas como uma forma de ‘docilização’ do corpo feminino, conforme teoriza Foucault (2014; 2015).³” (OLIVEIRA, 2019, p. 17). E mais,

O Estado reproduz uma biopolítica dos corpos que liga a maternidade e a tarefa do cuidado à natureza da mulher é compartilhado pelas instituições em Saúde. Visando a saúde e o bem-estar do bebê, a biomedicina vem formulando normas para a correta prática do cuidado, que serão seguidas pelas “boas mães”. As instituições em Saúde também se estruturam politicamente, criando uma base para Políticas Públicas que partem do pressuposto do papel de mãe na sociedade, invisibilizam o trabalho do cuidado e prejudicam a busca pela igualdade de condições entre os gêneros. [...]. Sobre a reprodução das normatizações, no entanto, são traduzidas pelas mulheres, conforme sua condição conjugal e familiar, escolaridade, condições de emprego e renda, e a rede de mulheres com quem podem contar, formulando suas soluções cotidianamente. (BRECAILO, 2017, p. 212).

Dialogando com a maternidade também está a temática da saúde, devido ao uso de argumentos científicos perpassar o mundo da maternidade ativa (PULHEZ, 2015, p. 106), termo explicado mais adiante. No capítulo seguinte, a discussão de saúde e reprodução será examinada com mais detalhes, mas achei importante mencionar que essa questão também aparece relacionada à maternidade. Como foi possível perceber no decorrer da análise das 14 pesquisas selecionadas, as temáticas vão sendo trazidas em diálogo uma com a outra, isso é, ao tratar da maternidade, por exemplo, questões de saúde vão emergindo e endossando a construção dos argumentos. Tendo como exemplo, Luz (2014) apresenta que devido à apropriação do saber médico, a mulher transformou-se em propriedade institucional e a atenção foi organizada como uma linha de produção, tendo o papel da mulher passado de sujeito para objeto no processo do parto e nascimento; Kalsing (2010) destaca que devem ser informados às mulheres os riscos que elas poderão estar sujeitas ao fazerem uso das Novas Tecnologias Reprodutivas conceptivas (NTRc), também conhecidas pelo termo reprodução assistida, uma vez que é direito das mulheres decidirem livremente sobre as ações que interferem sobre o corpo e sobre a vida; ou ainda quando Pinheiro (2017) expõe que o grupo Unidade Mães de Anjos (UMA)⁴ está voltado para a saúde das crianças, mas também para o bem estar da mulher. “Como nas camadas populares os bebês fazem parte da noção de pessoa

³“Segundo o autor, o adestramento dos corpos deve sempre levar em consideração os meios disponíveis para tanto. Ser mãe dentro do cárcere, pelo período possível, destina todos os recursos e pensamentos das mulheres para os bebês.” (OLIVEIRA, 2019, p. 17).

⁴ Uma rede de apoio e solidariedade de mães de bebês com microcefalia em Pernambuco compartilharem experiências sobre o cuidado com os “anjos” ou “crianças especiais”, denominações das próprias mães a esses filhos.

vinculado a figura materna, e que tem a missão de cuidar das crianças especiais são elas, logo as mães também precisam se sentirem especiais e se darem também atenção e cuidado.” (PINHEIRO, 2017, p. 118).

Ao se referir à experiência maternal, **Pinheiro** (2017) reitera que esta fica de um lado enquanto do outro encontra-se a experiência do agente do campo biomédico. Enquanto as mães, durante as sessões rotineiras em atendimentos especializados e praticando em casa diariamente as estimulações físicas, sonoras, visuais e cognitivas dos bebês, os pesquisadores do campo da saúde transformam os dados em ciência (PINHEIRO, 2017). Um trecho que merece destaque que vai ao encontro do assunto:

[...] Claudia [uma das mães entrevistadas] demonstra a disputa interna do que significa ser mãe de bebê com microcefalia. As suas reflexões também problematizam às ideias convencionais de gênero: *cuidar sozinhas, trancadas em casa*, dando lugar a novas ideias como [sic] *Precisamos nos unir e ir em busca de políticas públicas*. Esses elementos apresentados nos discursos são reverberados em binarismos: sozinhas/juntas, solidão/união, privado/público, sofrimento/alegria. O filho é o foco central que uniu essas mulheres e objetiva e dá sentido a existência do grupo, ter um filho ganha outros significados nessa ocasião como *cuidar sozinha* é traduzida por elas mesmas como *ficar trancadas em casa*. Mesmo sendo um filho, parece desigual não?(PINHEIRO, 2017, p. 132, grifos do autor).

Ao adentrar no discurso da maternidade ativa, a qual transforma a maternidade em um projeto político de mudança de mundo (PULHEZ, 2015, p. 166), **Pulhez** (2015) aponta um paradoxo intrínseco a este discurso: a negação de tecnologias, por serem consideradas adulterantes do que deveria ser natural, dá lugar à aceitação de outras tecnologias tidas como promotoras da natureza.

Este é o caso de todo o aparato usado num parto para que ele possa ser considerado humanizado: banheiras infláveis, banquetas para parto de cócoras, bolas de Pilates, massageadores [...]. É como se o uso das tecnologias tidas como malélicas (ocitocina sintética, cesariana, episiotomia, etc.) fosse responsável por uma espécie de ruptura simbólica do parentesco entre mulher e bebê, enquanto que o aparato tecnológico utilizado no parto humanizado facilitaria a criação dessa maternidade, posto que, nos próprios termos nativos, o vínculo entre mãe e filho seria fortalecido num parto “o mais natural possível”. Trata-se, portanto, não somente da criação do parentesco em termos de conexões biológicas, mas em termos do que essas conexões representam: a promoção do amor, do afeto, do carinho. (PULHEZ, 2015, p. 109).

Relacionado à questão da maternidade encontra-se a discussão sobre parto. No capítulo seguinte este tópico será mais aprofundado, mas se faz necessário trazer aqui o que **Pulhez** (2015) destaca:

[...] se por um lado o movimento [pelo parto humanizado] tem semelhanças com aquelas lutas feministas, trazendo frases de efeito como “meu corpo,

meu parto, minhas escolhas”, num claro movimento de transformação da parturiente num tipo muito específico de sujeito de direitos; por outro, o que o movimento traz de novidade é a constituição do feto também como um sujeito de direitos. O entendimento disso só pode se dar, por sua vez, se compreendermos que o parto é um momento de construção e ratificação de afeto entre mãe e filho. O valor dado a esse afeto é que transforma essa criança ainda no ventre em um sujeito que tem o direito a nascer de modo ativo, tornando-se ele também um protagonista desse parto. É nesse sentido que a defesa do aborto – um dos motes das lutas feministas – vai na esteira do direito ao afeto: o bebê não desejado não será amado, portanto a mulher tem o direito de abortá-lo. (PULHEZ, 2015, p. 165).

Ao tratar da maternidade em contexto carcerário, **Oliveira** (2019) apresenta o processo de parto, em que essas mães vivenciam sozinhas, sem fontes de afeto, acompanhadas apenas pelas agentes prisionais, sem o acompanhamento da família, que só é avisada do nascimento do bebê no momento em que estão voltando para a unidade. Também trata da manutenção dos laços do casal durante o período de encarceramento que acabavam por não receber visitas íntimas por não terem com quem deixar seus bebês. Igualmente, **Oliveira** (2019) explica que a permanência dos bebês na Unidade Materno Infantil (UMI) acontece até eles completarem um ano, existindo a possibilidade das mães solicitarem que a criança fique com a família antes desse prazo. São raros os casos em que as crianças precisem ser encaminhadas a algum abrigo, pois na maioria das vezes a tutela da criança fica com algum parente, ou até alguma amiga da mãe, durante o encarceramento. **Sales** (2019), outra autora que trata da mesma temática, explica que esse momento de separação da mãe e do bebê se chama “desligamento”.

As relações entre mães e filhos são completamente afetadas pela condição da prisão. “Enquanto há uma convivência forçada de vinte e quatro horas por dia com os bebês, há uma separação, também forçada, do resto da família.” (**OLIVEIRA**, 2019, p. 108). Como a autora evidencia, as presas entrevistadas vêm de camadas populares e por conta disso, suas famílias possuíam dificuldades financeiras para realizar os trajetos para visitá-las, o que resultada em um isolamento dos familiares.

No que concerne à experiência de separação, mas agora em outra perspectiva, **Lima** discute (2018) o momento de entrada do bebê na creche. Para que esta separação da mãe, principalmente, e do bebê se dê de maneira mais tranquila dois pontos são considerados importantes: as particularidades da maternidade e a qualidade do acolhimento oferecido ao bebê pela creche ou outra forma de guarda (**LIMA**, 2018). “Da parte da mãe, é fundamental que ela seja capaz de realizar a repartição de investimentos afetivos para além da maternidade.” (**LIMA**, 2018, p. 65). Como **Lima**

(2018) reitera, a separação mãe-bebê irá sempre abarcar uma experiência real nova, com a entrada de uma terceira pessoa na relação, seja a cuidadora da creche ou o próprio pai.

Conversando com essa temática é possível trazer bell hooks⁵ que traz um ponto muito importante para a discussão: o mundo do trabalho. Para ela,

O mundo do trabalho dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca tornou mais difícil para as mulheres serem mães integralmente. De fato, essa realidade está levando mulheres que escolheriam investir na carreira a ficar em casa. Em vez de o pensamento sexista sobre a dominação masculina ser o fator que tira as mulheres do mercado de trabalho e as coloca de volta em casa, é o medo de que estejamos criando uma sociedade de crianças ‘sem pai e mãe’ que faz isso. (HOOKS, 2019, p. 123).

A volta da mãe para o mercado de trabalho faz com que seja inserida uma nova pessoa na relação mãe-bebê. A entrada de uma nova pessoa na relação mãe-bebê é um fato indiscutível, como **Lima** (2018) afirma. “Esse terceiro quase sempre mobiliza nos pares da relação vivências afetivas importantes. Nos casos em que essa situação é mobilizadora de profundas angústias, vividas ou negadas, pode sinalizar dificuldades de separação.” (LIMA, 2018, p. 102). Inserindo uma terceira pessoa na relação mãe-bebê seguimos para o tópico da paternidade.

Observa-se que o diálogo entre as temáticas da maternidade e dos bebês, nas pesquisas selecionadas, mesmo que existente, acaba por dar mais voz à maternidade, isso é, por mais que os bebês estejam presentes, eles não são centrais nas discussões. Como Gottlieb (2009) frisa, poucos antropólogos, mesmo que vários os cite brevemente, consideram os bebês de forma séria como sujeitos próprios da pesquisa antropológica.

3.2. EXPERIÊNCIAS DA PATERNIDADE E AUSÊNCIA DOS BEBÊS

Nessa categoria reunimos as pesquisas em a temática dos bebês aparece relacionada com as experiências de paternidade. Apesar das palavras “bebê” e “recém nascido” aparecerem quase três vezes mais do que as palavras “pai” e “paternidade” (como evidenciado nos Quadros 4 e 5 no início deste capítulo), isso não os tira do pano de fundo das análises, como veremos neste tópico. As pesquisas selecionadas trazem à tona a discussão da paternidade, mesmo que em menor escala, se comparada com a maternidade. Segue abaixo um quadro (Quadro 6) para melhor visualização:

⁵ A autora prefere que se escreva em letras minúsculas para que o enfoque permaneça nas suas idéias.

Quadro 6: Resultado classificação conforme palavras encontradas

Palavras encontradas	Nº repetições
Mãe	3183
Maternidade	1399
Gênero	719
Pai	517
Paternidade	176
Companheiro	72
Marido	242
Esposo	16

Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em abril de 2020.

A criação dos filhos envolve tanto maternidade quanto paternidade. “Quando os homens participam igualmente da parentalidade, o relacionamento entre mulher e homem é melhor, independentemente de pai e mãe viverem juntos ou separados.” (HOOKS, 2019, p. 122). Como hooks (2019) explicita:

Uma das intervenções mais positivas do movimento feminista em nome das crianças foi criar uma maior conscientização cultural da necessidade de participação igual dos homens na criação, não somente para construir equidade de gênero, mas também para estabelecer melhores relacionamentos com as crianças. (HOOKS, 2019, p. 113).

O recorte de gênero segue presente nessa temática e, como hooks (2019) reitera, é necessário entender, a partir de maternagem e paternagem feministas, como, criar, na prática, crianças em ambientes antissexistas. E mais, “[...] precisamos saber mais sobre que tipo de pessoas as crianças educadas nesses lares se tornam” (HOOKS, 2019, p. 114). Além disso, “acabar com a dominação patriarcal de crianças, seja por homens, seja por mulheres, é a única maneira de tornar a família um lugar no qual as crianças se sentem seguras, no qual elas podem ser livres, no qual podem conhecer o amor.” (HOOKS, 2019, p. 116).

Segundo Bourdieu (2003), incorporamos, nos corpos e nos habitus, estruturas históricas da ordem masculina que acabam funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. A força dessa ordem é evidenciada no fato de que ela não precisa de justificativa. De mesmo modo, o autor afirma que a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a legitimar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos (BOURDIEU, 2003).

O mundo social é responsável pela construção do corpo como realidade sexuada e como guardião de princípios de visão e divisão sexualizantes. E isso, além de atingir o próprio corpo, vai se estender a todas as coisas do mundo. Ao tratar da diferença biológica entre os sexos, Bourdieu (2003) declara que essa diferença é vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros. Longe de ser um simples registro de propriedades naturais, a definição social dos órgãos sexuais é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, em outras palavras, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças (BOURDIEU, 2003). Ele assegura que

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre ‘sua mão direita’, masculina, e ‘sua mão esquerda’, feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina. (BOURDIEU, 2003, p. 139).

O material selecionado, mesmo que em alguns casos não tão profundamente, evidenciam a presença do pai ao longo do processo da gravidez, no pré-natal, nos exames e no parto, suas dificuldades (tal como depressão pós-parto paterna), como também, o comportamento do pai, por exemplo, como trazido por **Braga** (2010), na cultura Fulni-ô pode provocar malefícios para o bebê, a mãe e para si próprio. Também, como **Pulhez** (2015) questiona, qual seria o papel da paternidade no cotidiano dessas mulheres? “Na medida em que elas chamam a si a responsabilidade por uma maternidade mais ativa, que posição ocupam os pais nas relações de parentalidade e de casal?” (PULHEZ, 2015, p. 05). Muitas vezes, como **Breailo** (2017) ressaltou em sua pesquisa, o cuidado do bebê e da casa é visto como “tarefa de mulher” enquanto que papel do homem é inserido como “ajuda” e quando ocorre é um ato valorizado. A maternidade ativa levaria a masculinidade para dentro de casa, para cuidar do bebê, pondo o homem em um papel maior que o de provedor (PULHEZ, 2015).

Ao contestar essa idéia conservadora de pai somente como provedor da família, sem as aptidões naturais para lidar com crianças, foi concedida à figura paterna possibilidades para desempenhar um papel diferente na relação familiar, sendo capaz e tendo que assumir funções semelhantes ou substitutivas às funções maternas (LIMA,

2018). “Até que vejamos grandes mudanças na maneira com que o trabalho é estruturado no que se refere a tempo, não viveremos em um mundo onde a vida é projetada para permitir aos homens tempo e espaço para a paternagem. [...]” (HOOKS, 2019, p. 123).

A atenção maior a pesquisas e estudos sobre a paternidade é proveniente da ênfase da relevância do papel paterno na saúde mental desde início da infância, como **Lima** (2018) aponta. Contudo, independentemente dos estudos, o destaque dos cuidados do bebê recai na figura materna, ou em outra mulher que substitui no exercício da maternagem (**LIMA**, 2018).

O projeto mamífero, outra nomenclatura utilizada pela autora ao projeto da maternidade ativa⁶, apresentado por **Pulhez** (2015), além de ter uma ideia bem específica de maternidade, tem uma relação direta com a presença paterna no processo de parentalidade. “Se, portanto, é no parto o mais natural possível que o afeto é reafirmado entre mãe e bebê, é na presença do pai dando suporte à mãe através de massagens e carícias e cortando o cordão umbilical que a paternidade ativa consegue se ancorar nos elementos tidos como naturais do parentesco.” (**PULHEZ**, 2015, p. 114). Sendo assim, o pai é responsável por corroborar o vínculo entre mãe e bebê, não somente como um doador de gametas. “[...] o homem se tornaria ligado à criança por outra natureza: ao romper, pelo corte, a relação de afeto entre mãe e bebê (sem, no entanto, prejudicá-la), ele se colocaria no interior dela, constituindo um vínculo maior com seu filho.” (**PULHEZ**, 2015, p. 115).

Ao abordar a temática da saúde, surge a discussão sobre a paternidade frente às novas tecnologias reprodutivas. Segundo **Luna** (1999), o marido que autorizou a efetuação da reprodução assistida é considerado legalmente o pai da criança e está impedido legalmente de entrar com processo de impugnação de paternidade. E ainda,

Muitos conflitos referentes às NTR/RA envolveriam a distinção entre o pai social e o pai “real”, isto é genético, demonstrando a tensão entre laços ditos “naturais” e os “sociais”. Nesse sentido, alguns defenderam o anonimato dos doadores, impedindo que a informação sobre os pais genéticos abale a relação familiar. Todavia, para muitos, a doação de gametas é indissociável da parentalidade, havendo associação inclusive com infidelidade no chamado

⁶ “[...] três elementos centrais se destacaram nessa trama de categorizações: o ideal de felicidade atrelado ao maternar, traduzido na defesa pelo prazer no parto, na amamentação e na relação mãe e filho; a possibilidade de escolhas – esta sendo não somente da maternidade propriamente dita, mas daquilo que compõe os modos de maternar dessas mulheres; e o ideal de conjugalidade – a família nuclear, revalorizada, é parte constitutiva da posição dita ativa diante das relações de parentalidade, onde um novo script para os pais (no masculino) é criado e onde a tríade mãe-bebê-pai prevalece. Sem essa revalorização, o projeto mamífero talvez não se fizesse possível.” (**PULHEZ**, 2015, p. 09-10).

“adultério de proveta”. Desta forma, o esperma não foi considerado uma entidade dissociada das relações sociais e de sexo. (LUNA, 1999, p. 95).

Similarmente, mas sob outra perspectiva, o reconhecimento de paternidade, benefícios reconhecidos pela lei às crianças, é incentivado por parte do juiz, como Sales (2019) relata, para que as mães e guardiões procurassem obter este reconhecimento, sinalizando uma atenção com a proteção da infância para além dos muros da instituição carcerária.

Ainda sobre identidade paterna e entrelaçando com a saúde novamente encontra-se o trabalho de Pinheiro (2017) ao trazer que os pais, assim como as mães, se utilizam do laudo de diagnóstico de bebês com microcefalia para afirmar a identidade de pais, e mães, de criança com microcefalia. “Há um[sic]apropriação social desse conhecimento técnico que se traduz na construção identitária das mães de bebês com microcefalia” (PINHEIRO, 2017, p. 128), bem como dos pais. A identidade depende de um fator biológico comprovado por um documento médico, fazendo com que não seja qualquer um que possa se denominar mãe ou pai de um anjo, ou criança especial (PINHEIRO, 2017).

Percebe-se que os bebês praticamente desapareceram nestas discussões, muito provavelmente pelo fato deles estarem em segundo plano, não sendo o real objeto dos estudos. Como Gottlieb (2009) ressalta, os bebês precisam ser considerados, apesar dos adultos não compreenderem essa necessidade de modo minucioso. É como se os autores estivessem apenas “esbarrando” na temática dos bebês, passam por ela, mas sem se aprofundar de fato, sem trazê-la para o centro das discussões.

Entendendo as temáticas de gênero e seus recortes, podemos seguir para as temáticas de saúde e reprodução.

4. CAPÍTULO 3: A PROCURA DOS/PELOS BEBÊS EM QUESTÕES QUE ENVOLVEM SAÚDE, REPRODUÇÃO E ALIMENTAÇÃO

Nesse capítulo reúno os dados referentes às pesquisas selecionadas que apresentam a temática da saúde e da reprodução, bem como da amamentação e alimentação, sob diferentes aspectos, seja por conta da ênfase dada em cada questão apresentada pelas pesquisadoras, ou pela forma como estes pontos são tratados. Tendo como exemplo, **Kalsing** (2010) se aprofunda nas novas tecnologias reprodutivas, **Sales** (2019) traz os direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, enquanto **Braga** (2010) discute sobre saúde e doença durante o período da reprodução para os índios Fulni-ô.

Estes temas, tratados no primeiro item, exploram questões relacionadas à saúde e reprodução. Num segundo item, irei abordar as discussões relacionadas à alimentação e amamentação. Importante frisar que a apresentação das pesquisas categorizadas conforme suas temáticas mais tratadas não significa que elas abordam exclusivamente estas questões, uma vez que foi percebido que, ao fazer isto, estaríamos limitando-as e reduzindo-as a um único assunto. Por exemplo, atenção à saúde é bastante recorrente em **Fraiz** (2001), enquanto **Brecailo** (2017) trata do desenvolvimento saudável do bebê, os tipos de parto são apresentados por **Klujsza** (2014) e **Pulhez** (2015), mas isto não significa que estas pesquisas se restringem a estas discussões, uma vez que existem muitas nuances e entrelaçamentos destas categorias com outras temáticas. Significa apenas que a frequência de tais temáticas é maior em umas do que em outras. Além disso, essas abordagens, ao serem analisadas sob o viés das Ciências Sociais, em especial da Antropologia, contrapõem a perspectiva biomédica, que tem como caráter a universalidade, individualidade, biologia e uma a-historicidade. Sendo assim, entendem os processos de saúde e doença através das noções de práticas de autoatenção, autonomia, agência, práxis, coletividade e intermedialidade (LANGDON, 2014). A perspectiva antropológica

[...] não nega o caráter universal de certos fenômenos biológicos, mas procura entender o significado específico que esses fenômenos assumem numa dada sociedade, visto que os registros de normalidade e anormalidade são, antes de tudo, determinados a partir de valores. [...]. A realidade é entendida, assim, como uma construção social na qual o fato concreto – a doença, por exemplo – só existe a partir da ordem simbólica, isto é, só existe se naquela sociedade ela for passível de ser pensada como tal, como anormalidade. (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000, p. 11).

Sendo assim, é através da perspectiva da Antropologia que as temáticas serão analisadas na presente pesquisa, bem como neste capítulo.

4.1. SAÚDE E REPRODUÇÃO: E OS BEBÊS?

Nos estudos analisados, as temáticas de saúde e reprodução aparecem com bastante frequência, como mostram os quadros (Quadro 7 e 8) abaixo:

Quadro 7: Resultado das palavras encontradas na temática saúde e reprodução

Autor(a)	Palavra e nº de repetições							
	Parto	Gestação	Feto	“Uter”	Sexual	“Reprodu”	Hospital	“Cesaria”
BRAGA	70	5	12	21	11	63	8	0
BRECAILO	100	46	1	9	87	130	28	5
FRAIZ	55	27	11	3	0	4	115	0
HERNANDEZ	110	9	19	3	15	9	17	0
JOAQUIM	12	23	4	1	26	15	43	2
KALSING	21	31	10	39	103	683	102	3
KLUJSZA	690	91	26	21	19	6	55	35
LUNA	11	35	22	38	40	226	5	0
LUZ	580	13	7	16	7	31	33	54
LIMA	4	5	3	0	27	11	0	0
OLIVEIRA	32	12	0	1	5	0	22	0
PINHEIRO	3	9	0	2	12	10	15	0
PULHEZ	535	30	26	25	46	176	41	100
SALES	44	15	1	1	52	127	9	1
TOTAL	2267	351	142	180	450	1491	493	200

Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em abril de 2020.

Quadro 8: Segunda parte do resultado das palavras encontradas na temática saúde e reprodução

Autor(a)	Palavra e nº de repetições							
	“Medic”	Saúde	Doença	Morte	Mortalidade	Violência obstétrica	Aborto	Violência
BRAGA	51	84	78	40	22	0	7	13
BRECAILO	379	380	26	3	10	5	7	16
FRAIZ	111	352	83	96	81	0	0	0
HERNANDEZ	68	147	11	2	9	1	0	6
JOAQUIM	150	236	89	5	2	0	1	0
KALSING	467	303	43	12	4	0	25	10
KLUJSZA	196	71	6	11	3	55	5	69
LUNA	186	25	13	14	1	0	33	2
LUZ	131	166	6	6	6	42	0	78
LIMA	22	51	5	3	5	0	0	0
OLIVEIRA	21	13	4	0	0	0	2	4
PINHEIRO	148	153	90	6	2	0	7	6
PULHEZ	131	83	4	10	0	36	27	102
SALES	17	161	13	6	6	0	10	36
TOTAL	2078	2225	471	214	151	139	124	342

Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em abril de 2020.

Como é possível visualizar nos quadros acima (Quadro 7 e 8), mais palavras foram escolhidas para buscar a temática de saúde no material selecionado, pois foi percebido uma gama de variações existentes para tratar do tema. Se levarmos isto em consideração, pensaríamos que este tema foi mais recorrente, com 6437 resultados e 10 palavras pesquisadas. Entretanto, a temática da reprodução teve um resultado de 4881 repetições com o uso de 6 palavras, ou seja, se dividirmos o resultado total pelo número de palavras, veremos que a temática da reprodução aparece 813,5 vezes enquanto que saúde ficaria com 643,7 dos resultados. É possível perceber que mesmo assim, ambas as temáticas são bem recorrentes.

Tratando de noções de saúde, doença e corporalidade, inicio trazendo o trabalho de **Brecailo** (2017) que destaca o papel das instituições de saúde relacionando com as questões de gênero. Para ela,

As instituições em Saúde também se estruturam politicamente, criando uma base para Políticas Públicas que partem do pressuposto do papel de mãe na sociedade, invisibilizam o trabalho do cuidado e prejudicam a busca pela igualdade de condições entre os gêneros. [...]. Sobre a reprodução das normatizações, no entanto, são traduzidas pelas mulheres, conforme sua

condição conjugal e familiar, escolaridade, condições de emprego e renda, e a rede de mulheres com quem podem contar, formulando suas soluções cotidianamente. (BRECAILO, 2017, p. 212)

Similarmente, **Pinheiro** (2017) apresenta a Unidade Mães de Anjos⁷ (UMA) enquanto uma “rede de saúde” que influencia positivamente com auxílio em momentos de crise, presença em eventos sociais e com trocas de informações entre as mães, como por exemplo, sugestões de dietas, dosagem de remédios, estimulações e exercícios psicomotores dos bebês e massagens. Essas famílias vivem uma rotina bem regrada e articulada com profissionais e instituições biomédicas, com tratamentos e cuidados orientados por profissionais da saúde, tais como terapeuta ocupacional, psicopedagogo, neuropediatra, fisioterapeuta, etc. Mas o autor também destaca que, apesar do campo biomédico ser uma instituição de controle social, é o único campo que tem dado respostas a essas mães de bebês com microcefalia. Malformação esta advinda da infecção causada pelo Zika vírus em mulheres ainda em período gestacional. As incertezas que acompanham este vírus, além dos debates e disputas no campo médico e científico, envolvem, por exemplo, a mobilização de movimentos feministas a favor do aborto para mulheres com bebês diagnosticados com a doença ainda na gestação (PINHEIRO, 2017).

Ao falar de aborto, é possível trazer outra autora dos textos selecionados, **Sales** (2019) que certifica que, de acordo com o Código Penal, estando previsto nos artigos 124 a 127 com penalidades relativas, o aborto é qualificado como um crime. Apesar de escrever brevemente sobre isso, seu foco é na temática da maternidade em contexto prisional. E, ao adentrar no assunto de saúde, expõe relatos das “internas” (aspas da própria autora) que explicitam tanto violência obstétrica quanto falta de direitos mínimos (mesmo que mães e bebês tenham direitos à saúde e acesso a pediatria e vacinação):

O Coletivo de Advocacia dos Direitos Humanos aparece a seguir apresentando um trabalho que sustenta a realidade que vivem as mulheres presas de forma massiva, dando exemplos – a qual já comportou partos em solitárias sem nenhuma assistência médica ou com a parturiente algemada. Somado a ausência de cuidados pré-natal, falta de acompanhamento médico para as gestantes, relatos de partos em celas, corredores ou nos pátios das prisões, o isolamento em “solitárias”, “desligamento” da mãe e do bebê, e dentre outros, reforça uma forma incompatível da vivência dessas mulheres com os direitos humanos que lhes são assegurados tecnicamente. (SALES, 2019, p. 72).

⁷ Mulheres, mães de bebês com microcefalia que se organizaram em um movimento para construir redes de apoio e solidariedade.

Outra pesquisa que se estende sobre a questão prisional é a de **Oliveira** (2019) que também nos mostra relatos de presas sobre violência e falta de direitos:

Ela [Tulipa, uma das presas] considera o processo bastante desumano, considerando que, na maioria das vezes, as presas ficam desacompanhadas da família durante o parto. Essa percepção é bastante válida quando se analisa a visão das mulheres acerca do sistema penitenciário, ou seja, além de punitivo, elas o veem também como um espaço de privação de materiais básicos, como remédios para dor. Isso evidencia a noção da prisão como lugar com poucos recursos e de negativas, por parte das técnicas, do bem-estar das presas, já que, por exemplo, uma consulta com o médico pode ser negada sem justificativa alguma. (OLIVEIRA, 2019, p. 93).

Para mais, a autora ratifica que, por conta da pequena quantidade de recursos, existem grávidas que são sujeitadas a apenas consultas ambulatoriais em que não são feitos todos os exames que uma gestante normalmente faz, uma realidade estrutural que não colabora para uma gestação adequada. Além disso, o encarceramento dos bebês é questionado, os quais são submetidos às mesmas penas privativas de liberdade que suas mães. Aqui, apesar de focar nos bebês é somente isto que a autora acrescenta, sem explorar mais este tópico. Uma pena, pois “[...] entender os contornos particulares de um pequeno número de bebês de colo me permitiria levar em consideração a individualidade e complementar minha identificação de normas e padrões mais amplos.” (GOTTLIEB, 2004, p. 53).

A saúde, a doença e o corpo são objetos de estudo das Ciências Sociais que busca compreender as diversidades envolvidas (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000). E mais,

É inegável o fato de que o corpo humano possui uma anatomia e uma fisiologia universais, mas, por outro lado, a maneira como as diferentes sociedades concebem o corpo, os cuidados que dispensam a ele, os limites que estabelecem entre o interno e o externo, entre o normal e o anormal, bem como as maneiras e as regras que cada sociedade estabelece para a utilização do corpo são extremamente variadas. (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000, p. 11).

Dependendo do ponto de vista do ator/narrador no itinerário terapêutico, múltiplas narrativas podem ser geradas a partir de uma doença (LANGDON, 2014). Outra autora selecionada é **Braga** (2010) que trata do corpo, saúde e reprodução entre os índios Fulni-ô. Para eles, as doenças podem ser classificadas em dois tipos: doenças da alma e doenças do corpo (ou doenças da terra):

As doenças da alma “são as doenças do interior que também afetam o corpo”, conforme explicou o curandeiro Wiy, 36 anos. Seriam aquelas enfermidades que aparecem quando o estado emocional é afetado, ocasionando dores no

corpo. Por isto, os Fulni-ô declaram que quando desejam curar uma doença da alma, não procuram vencer apenas os sintomas físicos da doença, mas, também, procuram curar o interior do corpo. (BRAGA, 2010, p. 34).

Enquanto que as doenças do corpo, ou da terra, são causadas pelos homens terrenos, intermediadas muitas vezes pela tecnologia da terra e, por conta disso, seu tratamento advém das tecnologias da terra (BRAGA, 2010). Wyi, um curandeiro Fulni-ô conta que: “Se você tem doença desse mundo (doença da terra), você vai tomar remédio desse mundo; mas se você tem outro tipo de doença, você usa a natureza e a pajelança.” (BRAGA, 2010, p. 37).

De acordo com os Fulni-ô, se um integrante da família é afetado por alguma doença no período reprodutivo, esta causará dano a parceira (ou o parceiro) e o feto (BRAGA, 2010). E, a fim de evitar o contágio de doença, o casal deve “[...] permanecer unido durante todo o processo reprodutivo, recorrendo à Deus (Odeska) e aos recursos que ele oferece (a natureza).” (BRAGA, 2010, p. 27).

Ao focar mais nos bebês, mesmo que de forma breve, as narrativas dos Fulni-ô percebem que os cuidados e prevenções que se devem ter com o corpo e com o espírito no período reprodutivo tem ligação com a mortalidade infantil na aldeia (BRAGA, 2010). Eles também afirmam que, a fim de evitar que a criança venha ao mundo “de qualquer jeito”, isso é, com problemas físicos ou psicológicos, o casal deve ter uma vida tranquila e sexualmente ativa (BRAGA, 2010, aspas da autora, p. 32). Ademais,

Como foi dito, entre os Fulni-ô, sêmen e fluidos apresentam-se como substância do corpo da categoria ‘sangue’. O sangue é elemento ativo em todo o processo reprodutivo, sendo fundamental nos períodos da concepção, da gestação e após o nascimento, participando como sujeito na construção biológica e social da pessoa. A ausência da substância humoral provocaria anomalia. Tal versão contrapõe o entendimento das Ciências Médicas, pois, como se sabe, a medicina ocidental considera o sêmen necessário apenas no período da concepção, bem como, não faz referência a ‘energia vital’ emanada pelas pessoas. (BRAGA, 2010, p. 33).

No que se refere à saúde dos bebês e de suas mães, Kalsing (2010) explica dos problemas éticos que a bioética, disciplina que trata dos referentes ao desenvolvimento tecnológico e suas implicações éticas, deve enfrentar relacionados com o desenvolvimento e a aplicação das Novas Tecnologias Reprodutivas conceptivas (NTRc), como por exemplo, a redução embrionária, o diagnóstico genético pré-implantacional e as possibilidades de eugenismo, a clonagem, as gestações múltiplas e os riscos e consequências para a saúde das mulheres e dos bebês.

Um conjunto das pesquisas reunidas, ao trazerem os bebês, se debruça sobre os tipos de parto. Por conta disso, é importante explicar os diferentes tipos de partos apresentados nos estudos. Para isso, trago primeiramente a pesquisa de **Klujsza** (2014) que afirma:

Os nascimentos podem ocorrer através de uma cirurgia, a cesariana, ou por via vaginal. No caso da cesárea, elas podem ser “intraparto”, ou seja, durante o trabalho de parto, ou “eletiva”, cirurgias marcadas fora do trabalho de parto, com ou sem indicação médica. Já nos casos dos partos ocorridos por via vaginal eles podem ser: parto normal, parto natural ou “parto humanizado”. (KLUJSZA, 2014, p. 72-73).

Os partos por via vaginal se subdividem em três categorias: parto normal, natural ou humanizado. O primeiro, respectivamente, é entendido como aquele que acontece em ambiente hospitalar e com uso de anestesia e algumas intervenções que são feitas rotineiramente, como **Klujsza** (2014) nos mostra. E mais: “O termo normal está associado a uma norma, por isso, o parto normal é estabelecido atualmente no Brasil nos termos citados acima. Entretanto, tendo em vista que o conceito de normalidade é relativo, encontramos em outros países modelos distintos de partos normais.” (KLUJSZA, 2014, p. 73). O segundo caso é aquele que acontece naturalmente, sem a utilização de drogas sintéticas. E, por fim, o parto “humanizado” (aspas da autora):

[...] é uma expressão muito utilizada na América Latina e compreendida por uma parcela da sociedade como um tipo de atendimento a parturiente. O termo “humanizado” está relacionado ao fato de ser um modelo obstétrico que respeita a mulher, o que significa dizer que se respeita o processo fisiológico do parto, sem intervenções desnecessárias, permitindo que a mulher se movimente livremente, que tenha ao seu lado um acompanhante escolhido por ela, em um ambiente aconchegante, entre outros aspectos. (KLUJSZA, 2014, p. 74).

Tratando de cesariana, ainda existe uma diferenciação, como **Pulhez** (2015) nos apresenta: cesárea eletiva justificada e cesárea eletiva por escolha. A primeira diz respeito aos casos em que são identificados problemas com a mãe e/ou com o bebê antes do trabalho de parto e que justifiquem o agendamento prévio, enquanto que a segunda são os casos de mulheres que escolhem previamente pela cesárea e em conformidade com seu médico, marcam antecipadamente uma data (**PULHEZ**, 2015).

Muitas cidades brasileiras apresentam um alto índice de cesarianas, nascimentos que ultrapassam 50%, sendo que o índice máximo aconselhado pela OMS é de 15%, como **Luz** (2014) reitera na sua pesquisa. Buscando reduzir essas taxas, “[...] a OMS (1996) avaliou ser necessário tanto medidas de incentivo ao parto normal quanto

as que coíbem a realização de procedimentos cirúrgicos desnecessários sem indicação.” (LUZ, 2014, p. 81).

Da mesma forma, **Pulhez** (2015) declara:

O governo brasileiro vem fazendo campanhas para a diminuição das taxas há alguns anos, porém, de acordo com documentos da UNICEF, o país é líder mundial em número de cesarianas por ano. Isto, segundo o que preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS) – taxa máxima de 15% de partos por cesárea –, configuraria uma situação de epidemia. As cesáreas, ainda de acordo com a UNICEF, apenas seriam necessárias diante de indicação de risco para a mãe e/ou para o bebê, e taxas acima dos 15% indicados pela OMS poderiam apontar para um uso abusivo desse recurso, aumentando o risco de partos prematuros e de morbidade para mãe e bebê. (PULHEZ, 2015, p. 86).

Ao pensar sobre o problema deste grande número de cesáreas eletivas no Brasil **Klujsza** (2014) destaca que existe um problema maior se observarmos os índices de bebês nascidos prematuramente:

O grande problema da prematuridade é compreendido pelo fato de que quando se agenda a data de uma cirurgia cesariana antes do trabalho de parto, o bebê não está pronto para nascer, e por não passar pelo processo do trabalho de parto, que, como vimos anteriormente, é entendido como fundamental para a maturação de alguns órgãos do feto, enfrenta, com muito mais dificuldade, as adaptações ao novo ambiente. (KLUJSZA, 2014, p. 114).

Os ativistas do “parto humanizado” como **Klujsza** (2014) nos apresenta:

[...] alegam que a ideia passada pelos médicos obstetras de que a cesariana é uma cirurgia simples e tão ou mais segura para mãe e bebês do que um parto vaginal é questionável. Segundo eles, a cesárea é uma cirurgia de grande porte com todos os riscos que uma cirurgia complexa envolve. São cortadas sete camadas, entre peles, tecidos, músculos e útero para a retirada do feto, tornando elevado o risco de infecção. A cirurgia com indicação médica é compreendida pelo grupo como sendo capaz de salvar a vida a mãe e do bebê e, por isso, de grande valia, entretanto, o que é amplamente contestado são as intervenções cirúrgicas desnecessárias. (KLUJSZA, 2014, p. 110).

Ainda sobre as questões levantadas pelos ativistas do parto humanizado, **Pulhez** (2015) destaca:

É importante olhar para as tentativas por parte de ativistas pelo parto humanizado de chamar a atenção para a necessidade de se denunciar maus-tratos no momento de dar à luz como uma expressão de lutas políticas no âmbito dos direitos sexuais e reprodutivos. Nesse mesmo sentido, também importa atentar para políticas públicas sendo construídas de modo a responder a essas reivindicações e, ao mesmo tempo, dar sustentação a elas. A própria Organização Mundial de Saúde e o Ministério da Saúde recomendam que sejam feitos mais partos normais do que cesarianas. (PULHEZ, 2015, p. 95-96).

Ao adentrar na temática de violência obstétrica, **Klujsza** (2014) ressalta que esta não é tipificada como uma forma de violência contra a mulher, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), mas que apesar disto vem sendo amplamente utilizado e estudado por diversos setores da sociedade. Indo além,

A violência vivida nas instituições de saúde por mulheres em trabalho de parto, parto e pós-parto imediato é compreendida como um processo de dominação que através de formas simbólicas oprime as gestantes, parturientes e puérperas, no qual quem violenta, muitas vezes, não enxerga a sua conduta como tal, pois são profissionais que encaram os procedimentos como normais e as práticas como rotineiras. (**KLUJSZA**, 2014, p. 96).

Muitas das condutas hoje vistas como violência obstétrica, eram entendidas como algo normal, inevitável e inerente ao nascimento de um bebê (**KLUJSZA**, 2014). A intenção é que os profissionais de saúde se baseiem em evidências científicas para a utilização ou não dos procedimentos, e por conta disso, a noção da violência sofrida pelas mulheres no parto vai de encontro à ideia de humanização do parto, como destacado pela autora.

E os bebês? Não sofrem? Onde se encontram? Mais uma vez, eles são ignorados nas discussões, evidenciando que as pesquisas não giram em torno deles, eles aparecem como uma segunda temática. E, como **Gottlieb** (2004) indaga:

A falta de experiência direta nessa frente de batalha pode significar desconhecimento do pesquisador acerca das perguntas apropriadas a fazer – e pode ainda ter pouca noção de quais tipos de comportamento do bebê são incomuns e quais são normais pelos padrões da própria sociedade do pesquisador. (**GOTTLIEB**, 2004, p. 94).

Sendo assim, fica evidente que ao adentrar na temática de saúde e reprodução, as pesquisas selecionadas acabam por evidenciar mais fatores relacionados à mãe e a maternidade do que aos bebês em si, isto é, os bebês acabam ficando em segundo plano. Mesmo quando “[...] começamos a prestar mais atenção em suas vidas reprodutivas, os produtos de toda essa reprodução – os próprios bebês – permaneceram esquecidos.” (**GOTTLIEB**, 2009, p. 321). Neste caso, eles permaneceram sem serem preteridos.

4.2. PRÁTICAS ALIMENTARES E AMAMENTAÇÃO SEM OS BEBÊS?

Tratando da alimentação e amamentação, há trabalhos que abordam situações muito diferentes, desde **Hernandez** (2019), **Brecailo** (2017) e **Pulhez** (2015) que tratam da importância do aleitamento materno em termos nutricionais ou no estabelecimento

de vínculos, até as pesquisas que apontam as dificuldades para realizá-lo de forma satisfatória em contexto prisional, com **Sales (2019)** e **Oliveira (2019)** ou em casos de mães com HIV (**JOAQUIM, 2012**). Segue abaixo o Quadro 9 para facilitar a visualização da presença das temáticas nos estudos selecionados:

Quadro 9: Resultado das palavras encontradas referentes as práticas alimentares

Autor(a)	Palavra e nº de repetições			
	“Amamenta”	Comida	“Aliment”	“Nutri”
BRAGA	2	2	5	1
BRECAILO	248	20	199	39
FRAIZ	0	0	7	2
HERNANDEZ	217	5	81	15
JOAQUIM	194	2	63	12
KALSING	2	0	6	2
KLUJSZA	6	1	19	1
LUNA	0	0	0	1
LUZ	12	0	6	1
LIMA	4	1	22	7
OLIVEIRA	10	7	5	0
PINHEIRO	7	3	13	3
PULHEZ	142	3	61	14
SALES	83	1	28	15
TOTAL	927	45	515	113

Fonte: organizada pela autora com base no levantamento realizado em abril de 2020.

Os bebês e suas práticas alimentares eram meu tema inicial de pesquisa e, de algum modo, foi possível reencontrá-los em algumas das pesquisas selecionadas para análise.

Analisar as práticas do comer, entendidas como uma prática social, implica o deslocamento de uma abordagem estritamente biológica e metabólica para uma compreensão antropológica e social, visto que o homem biológico, o social, o ser psíquico, afetivo e cultural é indissociável (VARGAS; ROTENBERG, 2004). Assim como, a alimentação do ser humano é construída e aprendida cognitiva e ideologicamente nas relações sociais, e não algo instintivo.

No texto “Valor social e cultural da alimentação”, de Veraluz Cravo e Jungla Daniel (2005), é demonstrado que os hábitos alimentares seguem um código simbólico, não somente econômico ou utilitário, uma vez que o modo de preparar e servir os

alimentos exprime identidades sociais, que tem seu significado dado na trama das relações sociais. É enfatizado pela Antropologia,

[...] os aspectos simbólicos que revestem a ‘comida’, bem como o modo de preparar e comer os alimentos nas sociedades humanas. A busca, a seleção, o consumo e a proibição de certos alimentos existem em todos os grupos sociais e são norteadas por regras sociais diversas, carregadas de significações. Cabe, portanto, à Antropologia apreender a especificidade cultural dessas questões, as quais precisam ser explicadas em cada contexto particular, pois o alimento, além de seu caráter utilitário, constitui-se em uma linguagem (CRAVO; DANIEL, 2005, p. 57).

Ao focar no tópico da alimentação e amamentação, é importante reiterar que a reprodução movimenta todo um conjunto de conhecimentos relacionados à própria formação da criança e às influências que essa sofre do meio externo (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000). E também, “[...] as concepções sobre os fluidos corporais, em especial sobre sangue, esperma e leite materno, são fundamentais.” (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000, p. 17).

No que concerne o material selecionado, **Sales** (2019) declara que a amamentação provoca benefícios à saúde da mãe, indo além do bebê somente. Numa perspectiva nutricional,

[...] o leite materno é um alimento completo para o bebê, isso significa que até os seis meses ele não precisará de nenhum outro alimento, até mesmo água. É de mais fácil digestão do que qualquer outro tipo de leite e funciona como uma “vacina”, já que é rico em anticorpos e protege a criança de muitas doenças como diarreia, alergias, infecções respiratórias, colesterol alto, diabetes e obesidade. (SALES, 2019, p. 51).

Ao iniciar a mamada, o leite mata a sede, pois possui mais água, enquanto que no fim, mata a fome do bebê e faz com que ele ganhe mais peso por conta da maior quantidade de gordura, como **Sales** (2019) atesta. Além de melhorar os laços afetivos entre mãe e bebê, por ser maior o momento de interação mãe-bebê, a experiência da amamentação é um bom exercício de desenvolvimento de fala, face e boa respiração (SALES, 2019).

A autora também apresenta políticas de promoção, apoio e proteção e ações pró-amamentação, como a World Alliance for Breastfeeding Action (WABA) – Aliança Mundial de Ações Pró-amamentação, composta por diversas ONGs internacionais, a instituição da Semana Mundial da Amamentação (SMAM), na primeira semana de agosto, o Método Canguru como “[...] alternativa maior número de incubadoras e mais baratas, além da entrada de fácil acesso aos pais nesses locais estabelecendo o contato de pele com o bebê e colocando-o na posição vertical junto ao peito (nomeada de

posição canguru) para estimular a amamentação e formação de vínculo” (SALES, 2019). E ainda, a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB), adicionando alimentos sólidos a partir do sexto mês de vida dos bebês, e empresas públicas e privadas devem promover instalações de salas de apoio à amamentação (SALES, 2019).

Quando Sales (2019), ao tratar da amamentação de mães que estão em situação de encarceramento, a autora reconhece que o conjunto de habilidades e as técnicas sobre amamentação seguem presentes na Unidade Materno Infantil: “Não só as diretoras como as agentes penitenciárias falam para as ‘internas’ da importância da amamentação em ‘livre demanda’ e do quanto esta prática cria vínculos afetivos com o bebê além dos benefícios para a saúde de ambos.” (SALES, 2019, p. 32). Ademais,

Não só as profissionais da UMI, mas o Instituto Masan e Fundação Xuxa Meneghel também trabalhavam em conjunto com a Unidade Materno Infantil para oferecer atividades às mães, contando com rodas de conversas, a exibição de filmes e documentários, as atividades artísticas de colagens, pinturas, confecção de artesanatos e dentre outros, porém, além dessas atividades o Instituto oferecia políticas de aleitamento materno com teatros, aulas e filmes. Especialistas falando da importância da amamentação nos seis primeiros meses de vida do bebê e de todos os benefícios presentes nesta prática. (SALES, 2019, p. 32).

Com o desligamento que acontece na UMI, as mães também se preparavam para o desmame forçado dos bebês, contrapondo o fato de que o desmame deveria ocorrer naturalmente conforme a criança for adquirindo necessidade para tal (SALES, 2019).

O último mês no qual pude viver com elas a espera da separação foi o pior de todos. As mães que iam ser desligadas ficam muito apreensivas, nervosas, tristes, angustiadas e algumas com a sensação de que tem que aproveitar aquele último mês cada segundo do dia. Os bebês sentem toda a aflição de suas mães e começam a ficar mais “sentidos”, chorando, “pedindo” mais colo, e até aqueles que mal amamentavam começam a chorar pelo leite do seio. Exatamente todo o processo psicológico que qualquer desmame precoce traz consigo. (SALES, 2019, p. 51).

Nas Ciências Sociais, ao tratar da amamentação e da alimentação dos bebês são as mães que acabam ganhando mais visibilidade. O material selecionado evidencia isto como estamos percebendo ao longo da presente pesquisa. E mais: “Este movimento de tomar a criança e a infância como perspectiva analítica colocando-as no centro do campo teórico vem sendo denominado sociologia da infância e/ou estudos da criança. No entanto, de toda a maneira, no interior deste campo, secundarizaram-se os bebês.” (ABRAMOWICZ; TEBET, 2014, p. 45).

Ao adentrar na temática dos bebês, **Sales** (2019) diz que existem casos de bebês que permanecem mais do que seis meses na Unidade. E, relacionando com a discussão das práticas alimentares, afirma que a alimentação complementar deles é assim iniciada, em conjunto com a pediatra:

Em algum desses casos vi as mães oferecendo aos seus filhos “papinhas” feitas com legumes e feijão. À medida que as semanas iam passando a necessidade das crianças comerem algo mais sólido aumentava, então, as mães ofereciam aos seus bebês pedaços de legumes e frutas, onde eles mesmos seguravam e “comiam com as mãos”. (SALES, 2019, p. 51).

O comportamento alimentar infantil, como enfatizado por Araujo, Coimbra, Oliveira e Soares (2016), que se inicia com a amamentação, continuando com a introdução de alimentos complementares e incluindo também a alimentação cotidiana da família, é determinado pela interação que a criança tem com o alimento, por fatores culturais, emocionais e socioeconômicos, pelas experiências e aprendizados da família, não somente pelas necessidades biológicas da criança. Assim como:

O ambiente doméstico, o estilo de vida dos pais, as relações interfamiliares e o envolvimento cultural podem ter grande influência na alimentação e nas preferências alimentares e por isso, a família tem papel decisivo no aprendizado de hábitos socialmente aceitos, na formação de novos hábitos, na ingestão alimentar e na formação de um padrão de comportamento alimentar. (ARAUJO; COIMBRA; OLIVEIRA; SOARES, 2016, p. 82).

Aprendemos desde cedo como construir uma relação com as práticas do comer e esta construção possui múltiplos fatores: temporal, de saúde e doença, de cuidado, afetiva, econômica e de ritual de socialização, que se entrelaçam formando uma rede (VARGAS; ROTENBERG, 2004). A alimentação é um aspecto fundamental para a promoção e cuidado da saúde da criança e, como Vargas e Rotenberg (2004) reiteram, não devem ser debatidas através de uma única perspectiva disciplinar, uma vez que são práticas sociais e o significado do ato de nutri, de comer, ultrapassa o ato biológico.

Dialogando com as autoras citadas logo acima, encontra-se Mintz (2001) que explica que o que aprendemos sobre comida se insere em um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados. A comida e o comer assumem,

[...] uma posição central no aprendizado social por sua natureza vital e essencial, embora rotineira. O comportamento relativo à comida revela repetidamente a cultura em que cada um está inserido. Nossos filhos são treinados de acordo com isso. O aprendizado que apresenta características como requinte pessoal, destreza manual, cooperação e compartilhamento, restrição e reciprocidade, é atribuído à socialização alimentar das crianças por sociedades diferentes. (MINTZ, 2001, p. 31-32).

Mesmo que as Ciências Sociais, assim como a Antropologia, estejam se interessando mais pelas pesquisas sobre alimentação, nutrição e práticas do comer, como elementos emblemáticos de identidades grupais e regionais (CANESQUI, 2005), os bebês, novamente, encontram-se as margens da temática. Como Gottlieb (2004) questiona: “[...] por que nós ainda devemos desenvolver uma sólida e influente antropologia dos recém-nascidos?” (GOTTLIEB, 2004, p. 80).

Ao relacionar alimentação com a temática da creche, **Lima** (2018) afirma que alimentar, vestir, brincar, acolher, cuidar, entre outras atividades, deveriam ser vistas não somente como atividades instrumentais: “Para a criança, esses cuidados são essenciais não somente para sua sobrevivência física, mas, igualmente, para a sua emergência enquanto ser psíquico e social.” (LIMA, 2018, p. 83).

Enquanto isso, **Pulhez** (2015) perpassa o mundo da maternidade ativa ressaltando a amamentação, bem como a alimentação dada às crianças, como aspecto fundamental: “Tida como essencial para a saúde do bebê, a amamentação também é considerada como parte integrante do vínculo que deve ser constituído entre mãe e bebê.” (PULHEZ, 2015, p. 116). Além de ser um direito da mulher de escolher se vai ou não amamentar, na maternidade ativa, é visto como um direito do bebê ser aleitado (PULHEZ, 2015). Na maternidade ativa, o bebê, assim como o feto, são entendidos como sujeitos de direitos. Mas, na própria categoria de “humano” como um ser racional, a aparente ausência de racionalidade dos bebês os coloca em risco de terem uma adaptação problemática nessa categoria (GOTTLIEB, 2004, aspas da autora, p. 110).

Ao abordar as representações e práticas de mulheres vivendo com HIV/Aids, **Joaquim** (2012) salienta que estas não podem amamentar seus bebês, uma vez que o vírus pode ser transmitido pelo leite materno. Ela também fala sobre as pressões sofridas por essas mães:

Com o nascimento do filho em vários contextos, a mulher tem que enfrentar as pressões relacionadas à amamentação. Como nos recorda Costa (2004), desde o século XVIII, a ação dos médicos higienistas reforçou a valorização da figura materna. Os médicos culpabilizavam as mulheres por não amamentarem seus filhos, reforçando, desse modo, que essa atitude tinha implicações na saúde da criança, com o propósito de convertê-las ao modelo de “mãe amorosa alimentando o bebê”. (JOAQUIM, 2012, p. 32).

Novamente, o recorte de gênero perpassa a discussão da maternidade e as pressões sociais existentes sobre como ser e agir recaem sobre a mulher e a sua forma de matinar. Aqui também fica perceptível que mesmo tratando das práticas do comer dos bebês o destaque é dado para a maternidade, as mães e a mulher.

No que tange a regras de higiene, **Hernandez** (2017) consegue relacionar com a alimentação:

Atenção especial era dada à alimentação infantil que se converteu em uma atividade científica, com base na higiene e na nutrição, atentando para o valor calórico dos alimentos, entre outros aspectos nutricionais. As orientações difundidas frequentemente recomendavam a prática disciplinada da amamentação (com número e intervalos das mamadas regrados, proibição de mamadas noturnas), bem como a dosagem e preparação de fórmulas para alimentação infantil e mingaus seguindo a prescrição médica. O cuidado com a mente infantil, assim como a do corpo, também era abordado a partir das regras da higiene, ao passo em que algumas noções da psicologia começavam a aparecer para explicar a natureza do comportamento humano. (**HERNANDEZ**, 2017, p. 44-45).

Para que possamos entender as múltiplas relações existentes tanto nas práticas do comer como nos processos saúde-doença é preciso estabelecer um diálogo com outros campos do saber, e que estes campos, como a Saúde e a Nutrição, por exemplo, se abram para esta conversa. O modo de alimentar, como Canesqui (2005) fala, se articula com outras dimensões sociais e com a identidade, ultrapassando o ato de comer em si. As ferramentas intelectuais que nos permitem indagar uma porção determinada de significados que as pessoas trazem para a comida como produto cultural são fornecidas pela Antropologia do Alimento (**GOTTLIEB**, 2004, p. 289).

De modo semelhante, **Brecailo** (2017) frisa os múltiplos interesses sobre os valores da amamentação:

Os processos de nutrir e amamentar também foram entrecruzados pelo mercado, pelos leites artificiais, por outras formas culturais, bem como por diversas normatizações em diferentes períodos da história. Interesses sanitários, epidemiológicos, políticos e jogos de saberes, tanto das mães, das avós, das parentes, da comunidade cultural, como das pesquisas têm modificado os valores sobre a amamentação. Daí pode-se afirmar que estes fatos também constituem o tema como da maior relevância para a compreensão de processos tão políticos ao mesmo tempo que tão constitutivos da subjetividade das mulheres, das suas escolhas e possibilidades e ou conflitos sobre ser mulher, ser mãe, trabalhar e dar conta de nutrir bebês. (**BRECAILO**, 2017, p. 21).

Os bebês estão subsumidos nos assuntos das pesquisas das Ciências Sociais, mesmo quando estas encontram-se em um recorte que deveria aprofundar mais neles, como é o caso do material selecionado. Raramente as pesquisas se referem à vida dos próprios bebês, é um campo que permanece bem aberto (**GOTTLIEB**, 2004). No campo da Antropologia, e o da Antropologia Cultural, em particular, prestam pouca atenção e, quanto menor for a criança, menos atenção é prestada (**GOTTLIEB**, 2004). Como **Gottlieb** (2004) anuncia, é provável que a subárea da Antropologia que mais presta

atenção no universo das crianças é a Antropologia Linguística, a qual nas últimas décadas produziu discussões sobre a socialização e o uso da linguagem em diversos ambientes sociais.

A autora **Brecailo** (2017) também destaca a influência do discurso médico-científico, assim como de outros saberes, no processo de amamentação:

[...] a relação entre a realidade da mãe e o ideal proposto pela vida social e pelo discurso médico-científico pode gerar tensões entre os saberes, os discursos e as experiências com a amamentação. Esta relação – e suas interdependências – pode trazer diferentes sentimentos à mulher, incluindo conflitos e culpabilização, vinculados à forma como se produz no discurso biomédico em face à prática de aleitamento materno que a mãe conduz, ou tem condições para conduzir. (**BRECAILO**, 2017, p. 20).

Conversando com alimentação, é possível trazer mais uma vez Gottlieb (2004): “A escala de abordagens científicas sobre a amamentação e outros tipos de alimentação oferece uma série de ferramentas produtivas para olhar para as práticas de comer dos bebês como determinadas por uma ampla disposição de fatores sociais.” (GOTTLIEB, 2004, p. 289). Realizar pesquisas sobre bebês trará contribuições para uma Antropologia do desenvolvimento de crianças pequenas (GOTTLIEB, 2004), assim como para Antropologia de um modo geral, visto que o estudo de bebês contribui para o entendimento de múltiplas questões sociais e culturais. Estudar os bebês é,

[...] estudar as redes que constituem as crianças e os movimentos dos bebês entre esses planos de imanência e de organização, cartografando os trajetos e os afetos, que constituem os movimentos das crianças e registrando, assim, as singularidades inerentes à condição pré-individual do bebê. (ABRAMOWICZ; TEBET, 2014, p. 55).

Outra questão trazida por **Brecailo** (2017) é sobre as explicações a respeito da interrupção do aleitamento materno. Algumas vezes é por não terem mais leite, ou por ele ser fraco e o bebê não aceitar mais, ou pelo bebê chorar muito ou ainda para que não incomode à noite as mães introduzem a mamadeira. Mas para as Agentes de Saúde o real motivo é falta de paciência:

A palavra “paciência” foi reiteradamente pronunciada pelas Agentes, que atribuíam sempre à falta dela o insucesso com a amamentação, culpabilizando a mãe, sem trazer a tona as novas dificuldades, que não existiam no passado, e as exigências externas que invadem a autonomia da mãe. É uma forma de renaturalização do papel de mãe, e os fatores externos apenas demonstram o que seria uma falta de virtude materna. Constroem desta forma um sujeito incapaz e estigmatizado – a mãe preguiçosa. (**BRECAILO**, 2017, p. 126-127).

Com este último trecho trazido fica evidente como todas as temáticas estão constantemente entrelaçadas, dificultando a categorização e o enquadre completo de uma pesquisa em apenas um dos assuntos. Além disso, percebe-se que os bebês acabam ficando em um segundo plano dos estudos. Como Pires e Saraiva (2019) apresentaram, são poucos os estudos que se debruçam a compreender como bebês e crianças pequenas fazem-se sujeitos ao longo da sua trajetória. Indo além,

Hoje, entretanto, processos biologicamente influenciados, como sexualidade, amamentação, menstruação e ato de comer, têm sido identificados como assuntos apropriados para o olhar da antropologia cultural. Com efeito, a noção dos sentidos e do corpo em geral como culturalmente construídos é uma proposta séria. De acordo com essas mudanças teóricas, sugiro que é hora de a expressão somática dos bebês ser levada a sério pela nossa disciplina. (GOTTLIEB, 2004, p. 109)

É necessário estudar os bebês, questões relacionadas às suas vidas, colocando-os como sujeitos das pesquisas. O que ficou evidente ao analisar as pesquisas existentes na área de Ciências Sociais, após fazer o mapeamento da produção científica na esfera de mestrado e doutorado até 2019, que tratam dos/sobre bebês é que mesmo que existam, em pequena quantidade, a temática dos bebês é abordada em um segundo plano, eles não os objetos dos estudos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei com o presente estudo reunir o que as Ciências Sociais já pesquisaram sobre bebês, através do mapeamento da produção científica na esfera de mestrado e doutorado no Brasil até o ano de 2019, com o intuito de compreender como a questão dos bebês está sendo abordada nas pesquisas acadêmicas, bem como identificar quais outras temáticas estão sendo tratadas. Devido ao pouco tempo para a realização da presente pesquisa, foi possível analisar somente o recorte das dissertações e teses. Mas tenho consciência que muito ainda pode ser feito.

O material selecionado evidenciou a pequena quantidade de pesquisas sobre bebês, visto que no final restaram apenas 14 produções. Após a leitura e análise deste material as grandes temáticas que se destacaram foram: gênero, maternidade, paternidade, saúde, reprodução, amamentação e alimentação.

Conforme eu fui abordando a temática de gênero, mulheres, maternidade e paternidade, no capítulo 2, os outros assuntos perpassavam esta discussão, pois eles se encontram muito entrelaçados, então achei que por conta disto não conseguiria categorizá-los separadamente. No processo de categorização a Técnica de Análise de Conteúdo existe uma regra de exclusividade: se um texto/trecho se enquadra em uma temática não poderia ser agrupado em outra. Todavia, a realidade é mais complexa, essas questões se interseccionam, não podendo ser encaixadas exclusivamente em uma única temática, por isso não segui essa regra da exclusividade na definição e análise das categorias.

No capítulo dois foi possível perceber que por perpassar o debate dos bebês, questões relacionadas à mulher, a mãe, a maternidade e a paternidade, o tema gênero está muito presente. Contudo, os bebês não são colocados como objetos dos estudos, acabam ficando em segundo plano. É como se a temática da maternidade fosse colocada no centro das discussões e os bebês aparecem na sequência como um segundo ponto, mesmo que nas pesquisas selecionadas existam capítulos que tratem somente dos bebês.

No capítulo três sobre saúde e reprodução, amamentação e alimentação, também ficou evidente que os bebês acabam sendo colocados em segundo plano. Neste caso, as pesquisas trazem tópicos relacionados à saúde, reprodução e amamentação para o centro das análises e os bebês surgem apenas em um segundo momento. Destaca-se, por exemplo, a importância da amamentação para a própria mãe, como forma de

valorizar a necessidade do aleitamento materno. É um movimento que gera a inviabilização dos bebês mesmo onde tem centralidade.

Com o intuito de apontar outras possibilidades de análise, volto ao tema da alimentação, que era meu tema inicial. Para discutir as práticas do comer é possível trazer Tim Ingold (2010) e seu conceito de educação da atenção. Para ele, a ideia de que a contribuição que cada geração dá à seguinte não é um suprimento acumulado de representações, mas uma educação da atenção. O autor critica a ideia de que as representações vão proliferar e se espalhar, estabelecendo-se assim dentro da cultura, ao mesmo tempo que outras, deixando de corresponder as desejadas condições de input dos módulos cognitivos, vão declinar e desaparecer. Comer pode ser analisado a partir do viés da educação da atenção, pois, como Ingold (2010) anuncia, o processo de aprendizado por redescobrimto dirigido é transmitido pela noção de mostrar. Mostrar algo a uma pessoa é fazer esta coisa se tornar presente para este indivíduo, de maneira que ele possa apreendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou mesmo sentindo (INGOLD, 2010). E é assim com as práticas do comer. As professoras vão mostrando e falando como os bebês podem fazer, seja para levarem o alimento na boca, a maneira de sentarem, como mastigar ou mesmo que quantidade colocar na boca. Ações essas que já experienciei ao trabalhar no Arcângelo, como já mencionei anteriormente.

A aprendizagem deve ser vista como uma relação na prática, uma aprendizagem situada. O aprender-na-prática é constituído por aqueles que participam “[...] em movimento através e lidando com, e por entre os contextos dos quais eles participam, contextos que funcionam para influenciar, cindir e conectar, ou ao contrário para moldar, na sua vida cotidiana.” (LAVE, 2015, p. 42). As práticas além de moldar são elas mesmas moldadas nos diferentes contextos da vida cotidiana, bem como existe mudança na participação na prática através dos diversos contextos.

Segundo a autora Jean Lave (2015) tanto cultura como aprendizagem, indivisivelmente, são sempre ambas as coisas. Qualquer atividade, incluindo a aprendizagem, é estabelecida nas/feita de/parte das relações entre pessoas, contextos e práticas. A aprendizagem se localiza em complexas comunidades de práticas, culturais e variáveis. “As coisas são constituídas por, e constituídas como, as suas relações; e assim, produção cultural é aprendizagem que é produção cultural.” (LAVE, 2015, p. 40). Além disso, a aprendizagem é feita pelos aprendizes. O que eles aprendem é corporificado e situado. Como ela apresenta:

[...] um aprendiz não é alguém que não sabe, aprendendo (conhecimentos) provindos de alguém que sabe. Ao contrário, os aprendizes estão engajados (com outros) em aprender o que eles já estão fazendo – um processo multifacetado, contraditório e iterativo. Além disso, pode parecer que mesmo nesses termos os “aprendizes” são indivíduos, mas eles não são nunca somente isso. Eles estão engajados em práticas cotidianas em múltiplos contextos, participando em diferentes modos uns com os outros. Como as pessoas aprendem é algo que pode ser mais bem capturado pela noção de participantes cambiantes na prática em curso do que por pressuposições naturalizadas sobre aquisição de conhecimentos. (LAVE, 2015, p. 40).

Os bebês, assim como as crianças, estão em constante aprendizagem, através dela que vão sendo passados e internalizados inúmeros valores, crenças etc., que determinada sociedade possui. Indo além,

Tendo em vista que o modelo social adotado na maior parte das sociedades é um modelo adultocêntrico, que assume o padrão adulto de linguagem, conduta e relacionamentos como o padrão de normalidade, a criança não pode ser compreendida senão como representante da patologia, da diferença e da transgressão – um anormal –, uma vez que não se enquadra no modelo adulto: elas “ignoram as normas, as regras e as convenções da sociedade adulta” (Jenks, 2005, p. 122) e “destacam, uma vez mais, a infatigável, inerente e infinitamente variável capacidade humana de transgredir.” (Jenks, 2005, p. 127). (ABRAMOWICZ; TEBET, 2014, p. 51).

Conversando com essa idéia de um mundo adultocêntrico, é possível trazer Noguera (2019) e seu conceito de *adultescer*:

Em termos afroperspectivistas, *adultescer* significa perder as forças brincantes de investir no mistério inexplicável de existir – milagre. *Adultescer* é abrir mão da mais-valia da vida. *Adultescer* é a forma por excelência de corrupção da vida, algo contra o qual não temos um remédio salvador. Mas, apenas, o reestabelecimento da infância pode nos convocar a superar o *adultescimento*. O que isso significa? Devido ao *adultescimento*, fazer política tem sido uma atividade de colonização da vida. Para descolonizá-la é preciso uma política brincante. Uma política brincante está apoiada no mais-valia da vida e no milagre, isto é, ela advém da Infância. (NOGUERA, 2019, p. 137).

Trouxe este autor, pois precisamos reconhecer a importância de escutar as crianças, e os bebês também, assim como trazê-las para o centro das nossas pesquisas. Como Noguera (2019) declara:

É preciso que escutemos as crianças – pessoas na faixa etária de zero a 12 anos incompletos de acordo com códigos jurídicos nacionais – e a Infância que habita a cada um de nós: essa potência criativa que as crianças geralmente vivenciam mais do que os adultos. Porém, esta Infância está sempre acessível a cada um de nós, principalmente quando assumirmos que o milagre (outro nome para mais-valia de vida?) está contido nos mistérios diários que esquecemos de nomear. (NOGUERA, 2019, p. 140).

A intenção de conhecer a realidade contemporânea a partir da infância:

[...] e das interpretações e interpelações das próprias crianças acerca das suas circunstâncias de vida e do mundo social, referido pelos estudos da infância, visa a romper com uma visão científica dominante, historicamente sustentada nas disciplinas fundadoras da reflexividade científica sobre as crianças nas ciências sociais: medicina, psicologia e educação. (FERREIRA; NUNES, 2014, p. 106).

Para além de relembrar, visto que este é um campo já existente, a importância de se estudar crianças, friso que tão importante quanto é tirar os bebês do espaço marginalizado que eles têm ocupado nessas literaturas, como Gottlieb (2009) afirma.

A partir dessas discussões, entende-se que independente do tema referido, nas pesquisas analisadas, os bebês são apresentados como um subtema, não como tópicos centrais, no material selecionado. Os bebês não são analisados por si mesmo, como seres independentes, são trazidos como consequências dos outros temas. Mesmo que a presença dos bebês seja importante no material selecionado, seria muito diferente a construção destes estudos se os recém-nascidos aparecessem como problema de pesquisa, tentando responder hipóteses sobre suas experiências e vivências, como por exemplo, etnografias sobre sua alimentação, seu sono, suas relações familiares e sociais, as culturais infantis e a criança e a religião.

Portanto, ao fazer uma busca e encontrar somente 14 trabalhos que abordam os bebês e ao demonstrar que, mesmo nesses trabalhos, os bebês estão em segundo plano, a pesquisa revela que é necessário que as Ciências Sociais e suas pesquisas futuras se debrucem sobre os bebês e suas particularidades, os elegendo como temas centrais de suas pesquisas.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; TEBET, Gabriela. **O bebê interroga a sociologia da infância**. In Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 20, n. 41, p. 43-61, jan./abr. 2014.

ARAÚJO, Ana Maria; COIMBRA, Janete; OLIVEIRA, Jenifer & SOARES, Caroline. **A influência da família na alimentação complementar: relato de experiências**. Demetra: alimentação, nutrição & saúde. DOI: 10.12957/demetra.2016.16053; Demetra; 2016; 11(1); 75-90 Disponível em <<https://doi.org/10.12957/demetra.2016.16053>>. Acesso em: 21 de Outubro de 2019.

AZEVEDO, Priscila Gomes de. **Vida de filho de criação na Zona da Mata de Minas Gerais**. 2017. 371f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil – Bases para Reflexão sobre as Orientações Curriculares**. Projeto de Cooperação Técnica MEC/Universidade Federal do Rio Grande do Sul para Construção de Orientações Curriculares para a Educação Infantil. Brasília, MEC/Secretaria de Educação Básica/UFRGS. 2009c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-curriculo-em-movimento-sp-1312968422/relatorios?id=13453>>. Acesso em: 04 de Fevereiro 2021.

BUSS-SIMÃO, Márcia. **Infância, corpo e educação na produção científica brasileira (1997-2003)**. 2007. 224f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

BOURDIEU. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

CANESQUI, Ana Maria. **Olhares antropológicos sobre a alimentação – comentários sobre os estudos antropológicos da alimentação**. In: Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Antropologia e Saúde collection. ISBN 85- 7541-055-5. Available from SciELO Books.

COHN, Clarice. **Concepções de infância e infâncias – um estado da arte da Antropologia da Criança no Brasil**. Civitas Porto Alegre v. 13 n. 2 p. 221-244 maio-ago. 2013.

COUTINHO, Ângela. **O estudo das relações sociais dos bebês na creche: uma abordagem interdisciplinar**. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 11, n. 19, p. 17-25, 2009. Acesso em: 21 de Outubro de 2019.

CRAVO, Veraluz; DANIEL, Jungla. **Valor social e cultural da alimentação**. In: Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Antropologia e Saúde collection. ISBN 85- 7541-055-5.

DESLANDES, Suely; GOMES, Romes; MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

- FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.
- GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GOTTLIEB, Alma. **Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores)**. PSICOLOGIA USP, São Paulo, julho/setembro, 2009, 20(3), 313-336.
- GOTTLIEB, Alma. **Tudo começa na outra vida: a cultura dos recém-nascidos no oeste da África**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.
- INGOLD, TIM. **Da transmissão de representações à educação da atenção**. In Educação, PUC/RS, v.33, n.1, jan/abr/, 2010.
- JAMES, A.; PROUT, A. (orgs.). **Constructing and reconstructing childhood. Contemporary issues in the sociological study of childhood**. Basingstoke: The Falmer Press, 1990. 248p.
- JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. **Theorizing childhood**. Cambridge: Polity Press, 1998. 237p.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- LANGDON, Esther Jean. **Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas**. Ciência & Saúde Coletiva, 19(4):1019-1029, 2014.
- LAVE, Jean. **Aprendizagem como/na prática**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 37-47, jul./dez. 2015.
- LÖWY, Ilana. **A ciência como trabalho: as contribuições de uma história das ciências feministas**. In: Organização, trabalho e gênero. Helena Hirata e Liliana Segnini (orgs.). São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007, p. 315-338
- MINAYO, Maria Cecília. **O desafio da pesquisa social**. In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. P. 09-29.
- MINTZ, Sidney. **Comida e antropologia – uma breve revisão**. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, nº 47, outubro/2001.
- NOGUERA, Renato. **O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva**. Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 28, n. 1, p. 127-142, jan./abr., 2019.
- PIRES, Flávia & SARAIVA. **Enquanto houver bebês, há esperança**. Apresentação ao Dossiê Antropologia com bebês e suas cuidadoras. Revista Áltera, v. 1, n. 8 (2019).
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995.

VARGAS, Sonia; ROTENBERG, Sheila. **Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família**. In Revista Brasileira Saúde Matern. Infant., Recife, 4 (1): 85-94, jan./mar., 2004.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 136p., 2000.

REFERÊNCIAS DO MATERIAL SELECIONADO

Braga, Palloma Cavalcanti Rezende. **Corpo, saúde e reprodução entre os índios Fulni-ô**. 2010. 70f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2010.

Brecailo, Marcela Komechen. **Experiências de mulheres no cuidado e no aleitamento: interrelações e autonomia na maternagem**. 2017. 238f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

FRAIZ, Ipojucan Calixto. **Gestação: itinerário terapêutico e peregrinação, um estudo sociológico da perda do bebê no bairro Sítio Cercado – Curitiba**. 2001. 117f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

HERNANDEZ, Alessandra Rivero. **O corpo e a vida: uma etnografia dos modos sensíveis de criação infantil**. 2017. 169f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2017.

JOAQUIM, Joelma Marísia Firmone. **“Eu vi elas dando o peito e eu não podia dar!”: representações e práticas de mulheres vivendo com HIV/Aids sobre aleitamento materno**. 2012. 106f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

KALSING, Vera Simone Schaefer. **As novas tecnologias reprodutivas conceptivas no comitê de bioética do hospital de clínicas de Porto Alegre – RS**. 2010. 224f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

KLUSZA, Stephania Gonçalves. **“Nascer sorrindo”: reflexões acerca da gravidez enquanto rito de passagem e os modelos de assistência ao parto no Brasil**. 2014. 138f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

LUNA, Naara Lúcia de Albuquerque. **Bebê de proveta, barriga de aluguel, embriões de laboratório; as representações sociais das novas tecnologias reprodutivas**. 1999. 135f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

LUZ, Lia Hecker. **O renascimento do parto e a reinvenção da emancipação social na blogosfera brasileira: contra o desperdício das experiências.** 2014. 155f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

LIMA, Héliida Magalhães da Costa. **Mães, cuidadoras e bebês: a invenção da creche e a nova família.** 2018. 145f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2018.

PINHEIRO, Diego Alano de Jesus Pereira. **“Crianças especiais para famílias especiais”: os sentidos de maternidade para mães de bebês com microcefalia em Pernambuco.** 2017. 165f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/Rio Tinto, 2017.

OLIVEIRA, Luiza Dias de. **As grades que envolvem o berço: maternidades no contexto do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier.** 2019. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

PULHEZ, Mariana. **Mulheres mamíferas: práticas da maternidade ativa.** 2015. 220f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SALES, Letícia Mara. **Maternidade encarcerada e a gestão da díade mãe-bebê em contexto prisional.** 2019. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.